

PREÇOS	
ASSIGNATURAS	
SEM ESTAMPILHA	
Por um anno .....	10\$000
Por seis mezes .....	5\$600
Por tres mezes .....	3\$600
Avulso por folha .....	\$040
Anuncios, por linha .....	\$060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, *franca de porte*, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações literarias, de que se receberem dois exemplares.

Anno 1860—Numero 28



Sabbado 4 de Fevereiro

# DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

PREÇOS	
ASSIGNATURAS	
COM ESTAMPILHA	
Por um anno .....	12\$000
Por seis mezes .....	6\$600
Por tres mezes .....	3\$600
Comunicados e correspondencias, por linha .....	\$000

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou comunicados, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

## PARTE OFFICIAL

### MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECÇÃO GERAL DA CONTABILIDADE

#### 2.ª Repartição

Annuncia-se, em observancia da carta de lei de 24 de agosto de 1848, haver requerido D. Anna Emilia de Macedo Portugal o pagamento dos vencimentos que se ficaram devendo a seu finado marido João de Meirelles Coelho, na qualidade de escrivão de fazenda do concelho de Montalegre; a fim de que qualquer pessoa, que se julgar com melhor direito aos ditos vencimentos, ou a parte d'elles, requiera por esta repartição dentro do prazo de 60 dias, contados da publicação do presente annuncio, findo o qual será resolvida a mencionada pretensão.

Segunda repartição da direcção geral da contabilidade, 3 de fevereiro de 1860.—*Sebastião José Pedroso*.

DIRECÇÃO GERAL DA TRESOURARIA

Em continuacão do annuncio inserto no *Diario de Lisboa*, n.º 24, publica-se que se expediram as ordens necessarias para o pagamento, no dia 6 do corrente, dos vencimentos do mez de janeiro de 1860 das seguintes classes:

- Camara dos dignos pares,
- Camara dos senhores deputados,
- Relação de Lisboa, procuradoria regia e delegados,
- Tribunaes do commercio,
- Estado maior do exercito,
- Supremo conselho de justiça militar,
- Sé de Lisboa,
- Majoria geral,
- Estado-maior da 1.ª divisão militar,
- Governo civil de Lisboa,
- Officias generaes reformados,
- Repartição de fazenda do districto de Lisboa.

Direcção geral da thesouraria do ministerio da fazenda, em 3 de fevereiro de 1860.—*Joaquim José do Nascimento Lupi*.

DIRECÇÃO GERAL DAS ALFANDEGAS E CONTRIBUIÇÕES INDIRECTAS

Por participacão do conselho director da alfandega grande de Lisboa consta terem entrado no dia 31 de janeiro ultimo, no quadro da dita alfandega, dois escaletres conduzindo o mestre e 17 marinheiros da galera ingleza *Sir Colin Campbell*, procedente de Cardiff, carregada de carvão, com destino para Ancona, os quaes haviam abandonado a mencionada galera a 105 milhas da costa de Portugal pela meia noite de 29 do sobredito mez, quando estava para submergir-se.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 3 de fevereiro de 1860.—*Nuno José Gonçalves*.

### MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição do commercio e industria

#### 1.ª Secção

Para conhecimento de quem interessar se publicam os seguintes

#### AVISOS AOS NAVEGANTES

MEDITERRANEO, COSTA DE TUNIS

PIRATOL FIXO SOBRE OS ROCHEDOS DE S. CANI, OU DOS ROCKS

O ministro da marinha de Tunis participou que desde o 1.º de janeiro de 1860 inclusivè seria acceso um pharol no edificio ultimamente construido sobre os rochedos, conhecidos pelo nome de S. Cani, Al Khelb, ou os Dog Rocks, na costa de Tunis.

O pharol terá uma luz branca e fixa, collocada 129 pés acima do nivel do mar, e pôde avistar-se em tempo claro a 17 milhas de distancia.

O apparelho de illuminacão é dioptrico, ou de lentes da 2.ª ordem.

A torre do pharol é circular sobre base quadrada; tem 70 pés de altura, e está pintada de branco. Está collocado no cume da principal illota, a 37º 21' de lat. N. e 10º 4' 39" de long. oriental de Greenwich.

Repartição hydrographica do almirantado, Londres, 17 de novembro de 1859.

Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 1 de fevereiro de 1860.—*João Palha de Faria Lacerda*.

### ADMINISTRACÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

CARTAS E JORNALIS RETIDOS POR FALTA DE SELLOS

Para Lisboa

Antonio Bernardo, Antonio Ferreira, Antonio Victorino—Eugénia de Vasconcellos—Francisco Vicente Ferreira—João Maria Alves Sá, João Palha Faria Lacerda, Joaquina Rosa—Luiz Rodrigues—Manuel José Gomes, Manuel José Spidola Junior, Manuel de Souto, Maximiana.

Administracão central do correio de Lisboa, em 3 de fevereiro de 1860.

Pela administracão central do correio de Lisboa se faz publico que sairão, a 6 do corrente, para o Pará, a barca *Flor de Vez*; a 7, para o Pará, a barca *Amazona*; a 10, para o Rio de Janeiro, a barca *Atilla*; e para a ilha de Santa Maria o hiate *3 Amigos*; e a 12, para Pernambuco, o brigue *Confiança*.

A correspondencia será lançada na caixa geral até aos referidos dias, e na da estação postal do Terreiro do Paço meia hora antes da que ali for annunciada para a mala ser levada a bordo.

Pela administracão central do correio de Lisboa se faz publico que sairá a 7 do corrente, para Gibraltar, Malta, Syra, Smyrna, Constantinopla e Odessa, o vapor *Algérie*.

A correspondencia será lançada na caixa geral até ás 7 horas da manhã do dito dia, e na da estação postal do Terreiro do Paço até ás 7½.

Administracão central do correio de Lisboa, 3 de fevereiro de 1860.—O administrador, *Luiz José Botelho Seabra*.

### PRIMEIRO REGIMENTO DE ARTILHERIA

Não podendo ter tido lugar a arrematacão do fornecimento de botins para este regimento, annunciada para o dia 3 do corrente, novamente se annuncia que será levada a effeito prefixamente no dia 20 do presente mez. As pessoas a quem convier fazer esse fornecimento deverão comparecer, pelas onze horas da manhã do supradito dia 20, no quartel da Cruz dos Quatro Caminhos.

Quartel na Cruz dos Quatro Caminhos, 3 de fevereiro de 1860.—*Nuno Caetano Pacheco*, 2.º tenente, se-creta-rio.

## PARTE NÃO OFFICIAL

### CORTES

#### CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

6.ª SESSÃO PREPARATORIA EM 3 DE FEVEREIRO

PRESIDENCIA DO SR. NELLO SOARES (DECANO)

A meia hora da tarde verificou-se pela chamada estarem presentes 51 srs. deputados.

O sr. Presidente declarou aberta a sessão.

Acta approvada.

Foram mandadas para a mesa as seguintes declarações:

1.ª Do sr. Santos Lessa, de que o sr. João de Azevedo não comparece a sessão de hoje por incommodo de saude.—*Inteirada*.

2.ª Do sr. Dias de Azevedo, de que o sr. Bartholomeu dos Martyres não pôde comparecer a sessão de hoje, por incommodo de saude, esperando comparecer amanhã.—*Inteirada*.

3.ª Do sr. Avila, de que o sr. Gomes de Castro não tem comparecido ás sessões da junta, por virtude da perda que ultimamente soffreu de um dos membros da sua familia.—*Inteirada*.

Foram mandados ás commissões respectivas os diplomas dos srs. deputados, Almeida Junior por Faro, e Moraes Soares por Villa do Conde.

#### ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO DOS PAREREES DAS COMMISSÕES DE VERIFICAÇÃO DE PODERES

O sr. Presidente começava-se pelo parecer da primeira commissão, lendo-se a parte relativa a cada um dos circulos, para se discutir, e depois se votar sobre ella.

Entrou em discussão o parecer relativo ao 1.º circulo.

A primeira commissão de verificacão de poderes, tendo examinado os processos eleitoraes que lhe foram submettidos, tem a honra de vos apresentar o seu parecer pela ordem seguinte:

#### CIRCULO N.º 1—MELGAÇO

Compondo-se de tres assembleas: Melgaço, Fiães, e Segude, em todas ellas se cumpriram as prescripções da lei de 30 de setembro de 1852 e 23 de novembro de 1859. O numero total de votantes foi de 870, correspondendo ás descargas feitas nos cadernos de recenseamento.

Na assemblea de Melgaço foi apresentado um protesto pelo cidadão Jeronymo Luiz de Magalhães, pelo fundamento de nullidade no recenseamento de eleitores e elegiveis, não se attendendo ao recenseamento senão á quota da decima para a verificacão do censo, sem fazer caso dos impostos annexos e das contribuições indirectas. Foi desattendido este protesto por isso que era extemporaneo, devendo a materia de que tratava ter lugar no acto do processo do recenseamento, regulado pelo decreto de 30 de setembro de 1852, em que são designados os prazos para qualquer reclamação.

Na assemblea de Fiães, tambem depois de concluido o acto eleitoral, foi apresentado um protesto com os mesmos fundamentos do antecedente, que pelas mesmas razões foi desattendido.

O diploma apresentado pelo cidadão eleito está conforme a acta de apuramento geral.

Em vista do que é a vossa commissão de parecer, que, declarado legitimo o processo eleitoral do 1.º circulo, seja proclamado deputado o cidadão Augusto Xavier Palmeirim.

O sr. Lacerda (Antonio), por parte da primeira commissão de verificacão de poderes, mandou para a mesa a seguinte declaracão:

«A primeira commissão de poderes declara que o numero total dos votantes do 1.º circulo foi de 756, maioria absoluta 379, obtendo o candidato Augusto Xavier Palmeirim 433 votos.—*A. de Lacerda*»

—*R. Sampaio*—*Sá Vargas*—*Justino de Freitas*.

Foi approvada a eleição.

O sr. Presidente, perguntou á junta se queria, em conformidade do regimento, que se proclamem os deputados á proporção que se forem approvando os pareceres respectivos.

Vozes—No fim, no fim.

Foram approvados sem discussão os pareceres relativos aos seguintes circulos:

#### CIRCULO N.º 2—MONÇÃO

Compõe-se de tres assembleas: Santa Maria dos Anjos, S. Thiago de Pias, e S. Pedro de Morufe. Entraram na urna 772 listas, correspondendo ás descargas nos respectivos cadernos de recenseamento. Cumpriram-se todas as prescripções legais, obtendo o cidadão Antonio Correia Caldeira a maioria absoluta de 771 votos.

Estando conforme com a acta de apuramento geral o diploma do cidadão eleito, e não se apresentando reclamação alguma, é a vossa commissão de parecer que seja declarado legitimo o processo eleitoral do 2.º circulo, e proclamado deputado o cidadão Antonio Correia Caldeira.

#### CIRCULO N.º 3—ARCOS DE VALLE DE VEZ

Compõe-se das assembleas de S. Payo da Villa, e das do Valle, Abaim, e Villela.

O processo eleitoral correu regularmente e foram cumpridas as solemnidades da lei. O numero total dos votantes foi de 956, correspondendo ás descargas nos cadernos de recenseamento. O cidadão Plácido Antonio da Cunha e Abreu obteve a maioria absoluta de 826 votos.

O diploma apresentado pelo cidadão eleito está conforme, e não se dando reclamação alguma, é a vossa commissão de parecer, que, declarado legitimo o pro-

cesso eleitoral do 3.º circulo, seja proclamado deputado o cidadão Plácido Antonio da Cunha e Abreu. Entrou em discussão o parecer sobre o

#### CIRCULO N.º 4—BARÇA

Compõe-se de tres assembleas: Tavora, S. João de Villa Chã, e Barça.

O numero real dos votantes em todas ellas correspondeu ás descargas dos respectivos cadernos de recenseamento, sendo de 1:241, obtendo o cidadão Manuel Bento da Rocha Peixoto a maioria absoluta de 1:194 votos.

Cumpridas todas as solemnidades da lei, não havendo reclamação alguma, e estando conforme o respectivo diploma, é a vossa commissão de parecer que deve ser declarado legitimo o processo eleitoral do 4.º circulo, e proclamado deputado o cidadão Manuel Bento da Rocha Peixoto.

O sr. Rebello Cabral, que não sabia, se o deputado eleito de que se trata no parecer está presente; mas se não o está não pôde apprová-lo o parecer em todas as suas partes; porque o diploma deve ser apresentado pelos proprios eleitos; e muito mais não mostrando elle conhecido, porque é o diploma que ha de mostrar a identidade do eleito. Por consequencia approva o parecer na primeira parte, mas não pôde dar o seu voto para ser proclamado deputado, não tendo elle pessoalmente apresentado o seu diploma.

O sr. Justino de Freitas, acredita que todos os membros da commissão de poderes concordam em eliminar a ultima parte, ficando reservada para quando se apresentar o candidato.

O sr. Avila pediu ao sr. relator da commissão que declarasse se effectivamente o illustre deputado eleito apresentou o seu diploma.

Vozes—O diploma está junto ao processo.

O sr. Presidente sobre os processos eleitoraes ha sempre dois pareceres, um sobre a regularidade do processo eleitoral, e outro sobre a identidade do eleito; e para evitar questões submettia primeiramente á resolução da assemblea a regularidade do processo; e depois se votaria sobre a identidade do eleito.

Foi approvada a primeira parte do parecer, e indo a votar-se sobre a segunda parte alguns srs. deputados pediram a palavra.

O sr. Presidente declarou que a discussão estava fechada, e agora só se tratava de votar, salvo se a junta quier que se abraisse novo debate.

Resolveu-se que se abraisse novo debate.

O sr. Rebello de Carvalho parecia-lhe, que a duvida apresentada pelo illustre deputado eleito o sr. Rebello Cabral, de se não proclamar deputado o eleito, de que se trata, em quanto elle se não apresentar, para conhecer da identidade, não pôde proceder.

Que o regimento e as praticas estabelecidas admittem que o deputado eleito possa mandar o seu diploma ao presidente da camara, ou a outro qualquer deputado, e não exigem a sua presença; e tem sido pratica que as commissões, quando lhes são remettidos esses diplomas, dão os seus pareceres sem exigirem que os deputados eleitos estejam presentes; por consequencia, não se deve agora ir estabelecer uma doutrina, contraria áquella que se acha estabelecida.

Quando o deputado eleito se apresenta, o que a mesa deve verificar é se elle está proclamado, antes de lhe dar entrada na camara.

O sr. Sá Vargas, não se trata agora de verificar a identidade de pessoa, trata-se de verificar a legalidade da eleição. A habilitação legal do deputado eleito verifica-se pela apresentação do diploma; e, no caso de que se trata, tendo a commissão já approvado a eleição por este circulo, e havendo mandado o deputado eleito apresentar o seu diploma, ou por officio ou por algum dos seus collegas, e tendo sido confrontado esse diploma com a acta da eleição, a commissão verificou a habilitação legal para ser deputado, e portanto deve apprová-lo esta parte do parecer.

O sr. Rebello Cabral, dous eram os actos a que as commissões tinham de proceder: verificar a legalidade da eleição, e a habilitação legal do eleito, e esta não se verificava só com a confrontação dos diplomas com a acta; era tambem necessario que as commissões declarassem, se o eleito estava devidamente recenseado elegivel, e se tinha os mais requisitos exigidos na lei; mas as commissões quasi nunca fazem esta verificacão, o que não é regular.

Que embora se tenham estabelecido abusos em contrario; era preciso que o deputado apresentasse o seu diploma ou por si ou por outros, mas que o apresentasse estando em Lisboa, porque a apresentação do diploma era o argumento da identidade do eleito.

O sr. D. Rodrigo de Menezes, não podendo concordar em que um deputado eleito não possa mandar o seu diploma, ou por officio ou por meio de algum dos seus collegas, pediu á mesa lhe dissesse se tinha registado o diploma do sr. deputado eleito.

O sr. Presidente declarou que o diploma estava junto ao processo.

O sr. Gaspar Pereira observou que a commissão, no seu parecer, dizia que o processo eleitoral fora examinado; que o combinara com a acta, e se verificara que esta eleição estava legal em todas as suas partes; estas palavras significam que quando se apresentar dentro d'esta casa um cidadão, de que se não possa duvidar que é Manuel Bento da Rocha Peixoto, deve tomar lugar, porque já está proclamado. Alem de que o regimento diz que o deputado possa por si apresentar o seu diploma, ou enviar-lo por um officio, ou a qualquer collega.

Não havendo mais ninguém inscripto, foi tambem approvada a 2.ª parte do parecer da commissão.

#### CIRCULO N.º 5—PONTE DE LIMA

Compõe-se de cinco assembleas: Ponte de Lima, Arcozel, Sagundufe, Peaces, e Freixo.

O numero real de votantes em todas ellas foi de 1:351, correspondendo ás descargas nos cadernos de recenseamento. Obteve a maioria absoluta de 1:338 votos o cidadão Antonio Correia Caldeira, sendo cumpridas todas as prescripções da lei. Não se dando reclamação alguma, e estando conforme o diploma apresentado, é a vossa commissão de parecer que, declarado legitimo o processo eleitoral do 5.º circulo, seja proclamado deputado o cidadão Antonio Correia Caldeira.

#### CIRCULO N.º 6—VALENÇA

Compõe-se de quatro assembleas: Santo Estevão, Ganfey, Paredes e Rubiães.

O numero real dos votantes em todas ellas foi de 1:530; e correspondendo o numero de listas ás descargas nos cadernos de recenseamento, obteve o cidadão Carlos Brandão de Castro Ferreri a maioria absoluta de 1:113 votos. Cumpriram-se as solemnidades da lei, apresentando contudo o cidadão José Luiz Nogueira um protesto relativo ao local em que devia reunir-se a assemblea eleitoral, o qual protesto não foi tomado em consideração, por isso que em tempo se haviam affixado os editaes necessarios, que preveniam os eleitores do local em que deveria reunir-se a assemblea na conformidade da lei.

E pois a vossa commissão de parecer que, declarado legitimo o processo eleitoral do 6.º circulo, seja approvada a respectiva eleição.

#### CIRCULO N.º 7—CAMINHA

Compõe-se de tres assembleas: primeira e segunda de Caminha, e terceira de Villa Nova da Cerveira.

O numero real dos votantes foi de 966, correspondendo ás descargas dos cadernos de recenseamento. Obteve a maioria absoluta de 959 votos o cidadão Rodrigo de Castro Menezes Pitta.

Cumpridas todas as solemnidades da lei, e não havendo reclamação alguma, é a vossa commissão de parecer que, declarado legitimo o processo eleitoral do 7.º circulo, seja approvada a respectiva eleição.

#### CIRCULO N.º 8—VIANNA DO CASTELLO

Compõe-se de quatro assembleas: Santa Maria Maior, Anha, Dayão, e Serreleis.

O numero real de votantes em todas ellas foi de 1:790, correspondendo ás descargas nos cadernos de recenseamento. Obteve a maioria absoluta de 1:230 votos o cidadão Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello, ficando immediato em votos o cidadão Antonio Pereira da Cunha com 560.

Tendo-se cumprido todas as prescripções da lei, e não havendo reclamação alguma, é a vossa commissão de parecer que o processo eleitoral do 8.º circulo deve ser declarado legitimo, e approvada a respectiva eleição.

#### CIRCULO N.º 9—BRAGA (1.º)

Compõe-se de cinco assembleas: Sé Primaz, Congregados, Figueiredo, Bom Jesus, e Villaga.

O numero real de votantes em todas ellas foi de 1:602, correspondendo ás descargas nos cadernos de recenseamento. Obteve a maioria absoluta de 1:385 votos o cidadão Custodio de Faria Pereira da Cruz.

Não se dando reclamação alguma, e achando-se conforme o respectivo diploma á acta do apuramento geral, é a vossa commissão de parecer que o processo eleitoral do 9.º circulo deve ser declarado legitimo, e proclamado deputado o cidadão Custodio de Faria Pereira da Cruz.

#### CIRCULO N.º 10—BRAGA (2.º)

Compõe-se de cinco assembleas: S. Pedro de Maximinos, S. Pedro de Moraim, Adoufe, Amares, e Caldellas.

O numero real dos votantes foi em todas ellas de 4:110, correspondendo ás descargas nos cadernos de recenseamento. Obteve a maioria absoluta de 875 votos o cidadão Francisco Manuel da Costa.

Cumpridas as prescripções da lei, e não havendo reclamação alguma, é a vossa commissão de parecer que, declarado legitimo o processo eleitoral do 10.º circulo, seja approvada a respectiva eleição.

#### CIRCULO N.º 11—BARCELLOS

O circulo eleitoral de Barcellos foi dividido nas seis assembleas de Barcellos, de Campo de S. Salvador, de Encorados, de Fonte Coberta, de Santa Maria de Gallegos e de Goias, nas quaes obteve o doutor João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens 1:275 votos, e o immediato o bacharel Joaquim de Almeida Peixoto 614 votos; sendo por isso proclamado deputado o referido doutor Ferrão por ser o mais votado, sendo o numero total dos votantes 1:892.

A commissão achou o processo regular sem reclamação ou duvida alguma; e é por isso de parecer que deve ser approvada a eleição, o proclamado deputado o doutor João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens.

Entrou em discussão o parecer relativo ao circulo n.º 12.

#### CIRCULO N.º 12—ESPOZENDE

Nas assembleas de Palma, de Faria, de Espozende e de Villa Chã, que formam o circulo eleitoral de Espozende, obteve o bacharel João Antonio Gomes de Castro 679 votos, e o immediato, o bacharel João Manuel da Cunha, abade de Ponteboa, 527 votos, sendo proclamado deputado o referido bacharel João Antonio Gomes de Castro por ter a maioria absoluta, por isso que sómente votaram em toda esta eleição 1:301 eleitores.

A commissão não encontrou irregularidade alguma em todo o processo eleitoral, e é por isso de parecer que seja approvada esta eleição, e proclamado deputado o mencionado bacharel João Antonio Gomes de Castro.

O sr. Rebello Cabral desejou saber se o sr. deputado eleito apresentou o seu diploma, visto a commissão nada dizer a este respeito.

O sr. Justino de Freitas declarou que o sr. deputado eleito João Antonio Gomes de Castro apresentou o seu diploma que está na commissão.

Foi approvado o parecer.

#### CIRCULO N.º 13—POVOA DE LANHOSO

Por este circulo da Povoia de Lanhoso foi proclamado deputado o bacharel Carlos Zeferino Pinto Coelho com 1:279 votos, sendo o numero total dos votantes, nas quatro assembleas primarias da Povoia de Lanhoso, Travassos, Mousarel e Terras do Bouro, 1:280.

A commissão tambem não encontrou irregularidade alguma no processo eleitoral, que é de parecer se approve, proclamando-se deputado o referido bacharel Carlos Zeferino Pinto Coelho.

#### CIRCULO N.º 14—VILLA VERDE

O circulo eleitoral de Villa Verde foi dividido nas quatro assembleas primarias de Villa Verde, Prado, Portella de Penellas e Senhora da Boa Morte da Portella, Athaes, e tendo havido 2:214 votantes, foi o mais votado, com maioria absoluta, Antonio Feio de Magalhães Coutinho com 1:832 votos, tendo o immediato o bacharel Francisco de Campos de Azevedo Soares 382 votos.

A commissão, não encontrando duvida alguma n'este processo eleitoral, é de parecer que se deve julgar valido, e proclamado deputado o referido Antonio Feio de Magalhães Coutinho.

CIRCULO N.º 15—VILLA NOVA DE FAMALICÃO

A eleição a que se procedera pelo circulo de Villa Nova correu tambem com toda a regularidade e sem reclamação alguma nas tres assembleas eleitoraes de S. Cosme do Valle, S. Thiago de Castelões, e na mesma Villa, tendo obtido o candidato mais votado D. Rodrigo José de Menezes 921 votos, e o immediato Adriano Carneiro Sampaio 251 votos, sendo o numero total dos votantes 1:305.

A commissão é de parecer que se deve julgar valida esta eleição, proclamando-se deputado o referido D. Rodrigo José de Menezes.

#### CIRCULO N.º 16—CELORICO DE BASTO

No circulo de Celorico de Basto, composto das quatro assembleas primarias de Britello, Valle de Bouro, Borba e Arnoa, houve 1:409 votantes, sendo proclamado deputado o bacharel Domingos de Barros Teixeira da Motta com 1:407 votos.

Não apparece no processo eleitoral irregularidade ou protesto algum, e por isso é a commissão de parecer que a eleição se julgue valida, e que seja proclamado deputado o referido bacharel Domingos de Barros Teixeira da Motta.

#### CIRCULO N.º 17—FAFE

O circulo de Fafe foi dividido em quatro assembleas, de Fafe, Moreira, Villa Cova e Silveiras, sendo proclamado deputado por quelle circulo o doutor João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens com 780 votos, tendo o immediato, o abade José Joaquim Pereira, 189 votos. Numero de todos os votantes 971.

A commissão não encontra tambem



se observa das actas e mais papeis e documentos; e por isso é a comissão de parecer que seja aprovada.

Approvados sem discussão.

O sr. *Sá Vargas* mandou para a mesa o parecer da comissão, approvando a habilitação legal do sr. deputado eleito por este ultimo circulo.

Foi logo approvado.

#### CIRCULO N.º 23—PORTO (3.º CEDOFEITA)

No circulo de Cedofeita, que abrange as seis freguezias de Cedofeita, S. João da Foz, Lordello, Massarellos, Miragaya e Paranhos, houve as quatro assembleas da Lapa, Cedofeita, Miragaya e S. João da Foz.

Tendo entrado na urna 814 listas, obteve 449 votos, e portanto maioria absoluta, o cidadão Salvador de Oliveira Pinto da França, que por essa razão foi proclamado deputado na respectiva assemblea do apuramento.

As actas e mais papeis da eleição mostram que ella correu com regularidade, e não offerece duvida. A comissão examinou ao mesmo tempo o diploma ou titulo da eleição que lhe foi presente, e combinando-o com as actas e demais documentos achou-o em todo legal e conforme.

É portanto a comissão de parecer que seja approvada a eleição pelo circulo de Cedofeita, e proclamado deputado da nação o sr. Salvador de Oliveira Pinto da França.

#### CIRCULO N.º 24—GONDOMAR

Este circulo, formado pelos dois concelhos de Gondomar e Vallongo, foi dividido nas tres assembleas de S. Cosme, Rio Tinto e Vallongo.

Na urna entraram 644 listas, e sendo maioria absoluta 323, saíu eleito com 473 votos o cidadão Joaquim Gonçalves Mamede.

A comissão tendo verificado, pelo exame dos papeis da eleição e diploma do deputado eleito, que lhe foram presentes, não só a regularidade da eleição, mas a habilitação legal do eleito, é de parecer que a eleição pelo circulo de Gondomar seja approvada, e o sr. Joaquim Gonçalves Mamede proclamado deputado.

#### CIRCULO N.º 25—BOUÇAS

Consta este circulo dos concelhos de Bouças e da Maia, e foi dividido nas assembleas de Matosinhos, Perafita, Castello e Milheirós.

Entraram na urna 1:106 listas, a que corresponde de maioria absoluta 554; e feito o apuramento saíu eleito com 555 votos o bacharel Antonio dos Santos Lessa, abbade de Lessa do Balio.

A comissão teve occasião de observar, pelo exame dos papeis que lhe foram presentes, que a eleição neste circulo correu com regularidade, e não offerece duvida.

Apenas na assemblea de Milheirós se nota, que a acta da constituição da mesa, com quanto rubricada pelos membros que a compozeram, não está comtudo assignada senão pelo secretario; mas esta falta torna-se de nenhuma importancia, porque na acta da eleição que se seguiu no mesmo caderno, e está em todo regular, se mencionam especificamente os nomes de todos os cidadãos que constituíram a mesa, e por este modo se acha para assim dizer roborada aquella primeira acta.

N'esta mesma assemblea, havendo-se contado 19 votos ao abbade de Lessa, e 3 ao dr. Joaquim Dias de Sousa Arazo, achando-se as respectivas listas escriptas com alguns dos nomes em breve, protestou contra isso o cidadão Manuel Ferreira Esmeriz, e as listas foram pela mesa rubricadas e apensas á acta.

A comissão não acha em nada d'isto fundamento de nullidade, nem motivo legal para deixarem de contar-se aquellos votos, escriptos com muita clareza, e expressando sem duvida ou confusão, a vontade dos eleitores: quando mesmo a houvesse, em nada influi na eleição, porque, mesmo abditos os mencionados 19 votos, ainda o eleito ficava com 566 votos, isto é, com 12 votos acima da maioria absoluta.

Por todos estes motivos é a comissão de parecer que a eleição pelo circulo de Bouças seja approvada, e proclamado deputado o cidadão Antonio dos Santos Lessa, por ter apresentado o seu diploma em forma.

#### CIRCULO N.º 26—VILLA NOVA (1.º)

O primeiro circulo de Villa Nova comprehende nove freguezias do concelho de Gaya, a saber: Villa Nova, Camidello, Mafamude, Oliveira, Santa Maria Magdalena, Valladares, Villar Paraizo, Ayntes e Villar de Andorinha; foi dividido nas cinco assembleas de Villa Nova, Mafamude, Oliveira, Valladares, e Ayntes. Entraram na urna 650 listas, sendo o resultado do apuramento geral saíu eleito, não com maioria absoluta, mas quasi totalidade dos votos, o cidadão João dos Reis Castro Portugal, que obteve 577 votos.

O processo da eleição está em todo regular, e a comissão é de parecer que seja approvada esta eleição.

Approvados sem discussão.

A discussão do parecer sobre a eleição do circulo 27 ficou reservada para depois, por ter sido apresentado em separado.

#### CIRCULO N.º 28—POVOA DE VARZIM

O circulo da Povoia de Varzim teve tres assembleas, duas dentro da villa, na casa da camara, e na capella de Nossa Senhora das Dores, e uma fóra da villa, em Beiriz.

Da acta do apuramento geral consta que as actas das tres assembleas foram revistas, reputadas legais, e approvadas pela respectiva assemblea do apuramento; que na urna entraram 1:054 votos, a que corresponde de maioria absoluta 528; e que havendo obtido 875 votos o cidadão José Joaquim Figueiredo de Faria, foi proclamado deputado.

Examinadas porém as actas parciais das duas assembleas da villa (na assemblea de Beiriz nada ocorreu que precise mencionar-se ou de logar á mais pequena duvida) vê-se que na assemblea da capella das Dores, composta dos bairros de S. Roque e Nossa Senhora das Dores, havendo-se constituido a mesa e começado regularmente a eleição, o cidadão que na assemblea substituiu e representava legalmente o administrador do concelho, sendo provocado, em sua justa defeza (diz a acta) puchára por uma pistola, mais com o fim de se fazer respeitar, do que para fazer uso d'ella, e d'ahi resultara que um tumulto se originou de tal modo que, não podendo por isso a mesa funcionar, e vendo-se até forçada a abandonar de prompto os seus trabalhos, por isso que se achava em perfeita coacção, tivera de retirar-se, tendo apenas tempo de fechar a urna, laçando-a, e guardando-a depois convenientemente, tendo sido n'ella guardados todos os cadernos e papeis concernentes á eleição.

Que no dia seguinte, pelas nove horas da manhã, reunindo-se a mesa para continuar os seus trabalhos, visto não os ter podido concluir no dia antecedente, em virtude de força maior, deliberou não poder levar a effecto os seus desígnios, com o justo receio de repetição de novos tumultos, não tendo a salvo a sua segurança individual, fazendo saber isto mesmo ao administrador do concelho, e requisitando-lhe o apoio da força armada, para cujo fim lhe dirigiu um officio, que vem copiado na acta.

Que na terça feira, reunindo-se de novo a mesa no logar indicado, resolvera novamente não conti-

nuar a funcionar, por isso que ainda se davam os mesmos motivos de receio de repetição de novos tumultos.

Que na quarta feira, dia 4, reunida a mesa pelas nove horas da manhã, sendo-lhe então asseverado pelo administrador do concelho podiam (os membros da mesa) continuar com os seus trabalhos, na certeza de que lhes seria satisfeita de prompto a sua requisição, para poderem funcionar com a liberdade e segurança necessárias, a mesma mesa resolveu continuar a funcionar, independentemente mesmo da presença da força requisitada para aquelle concelho, visto que o chamamento d'esta força era para a mesa garantia sufficiente de que seria respeitada a lei e a mesma mesa nas suas funcções. Que então fora mandada vir e collocada no seu logar competente a urna, acompanhada pela maioria dos membros da mesa; e sendo convidados os eleitores presentes a examinar os sellos da mesma urna e as rubricas das cintas que a fechavam, para verem que se não achava viciada, declararam todos que tudo se achava em vicio algum.

Finalmente, que se procedera á continuação da primeira chamada e mais actas da eleição, até á sua conclusão regular, dando em resultado verificação-se que na urna haviam entrado 255 listas, e obtiveram votos, a saber: os cidadãos José Joaquim Figueiredo de Faria 194, o padre José Joaquim Martins Gesteira 58, o bacharel José Maria Borges 2, e Francisco Gomes de Amorim 1.

Na assemblea da casa da camara, que se compunha dos bairros de S. Sebastião e da Lapa, repetiram-se no primeiro dia da eleição iguaes scenas de tumulto, e com igual resultado de suspensão dos trabalhos eleitoraes, fechando-se, laçando-se e guardando-se com segurança a urna e papeis da eleição, e só com a differença de que o tumulto aqui foi originado por uma porção de amotinadores vindos em alarme da assemblea das Dores.

Nos dias 2, 3 e 4 aconteceu o mesmo que na outra assemblea, reunida á mesa das nove horas da manhã, receio dos tumultos, requisição de força e suspensão de trabalhos, até que no dia 4, dando o administrador do concelho a mesma segurança que havia dado á mesa da assemblea das Dores, a eleição continuou proseguindo-se placidamente na primeira chamada e actas a ella consecutivas, e sendo a final o resultado do apuramento haver entrado na urna 348 listas, e obtiveram votos, a saber: o dr. José Joaquim Figueiredo de Faria 249, o padre José Joaquim Alves Gesteira 96, e o dr. José Maria Borges 3.

Taes são os factos como as actas d'estas duas assembleas os apresentam, e como devemos crer que elles se passaram, visto que nem nas assembleas primarias, nem na assemblea do apuramento, nem finalmente n'esta camara até ao presente, se produziu reclamação, queixa ou protesto algum, tratando-se aliás de uma eleição que foi contestada, e se verificou não em freguezia rural ou povoações do sertão, mas no centro de uma villa que já não pôde dizer-se insignificante.

Da protelação necessaria da eleição até ao quarto dia não pôde resultar, em vista da lei, fundamento para a sua nullidade, porque muito pelo contrario o decreto de 30 de setembro de 1852, artigos 74.º e 76.º, previne o caso da eleição se não poder concluir em um dia; não distingue entre as causas que podem tornar necessaria essa prolongação; e a força maior que em Povoia de Varzim obsteu á eleição nos tres primeiros dias, justifica e legalisa a sua continuação, quando essa força maior veio a cessar.

Similhante eleição pois, não havendo, como não ha, provas, presumpções legais, ou mesmo argumento contra a genuinidade da votação, não pôde deixar de reputar-se valida, porque ainda que se quizesse conceder que os receios dos tumultos foram exagerados ou simulados, e a prolongação da eleição um artificio ou estratagemas para afugentar electores com cujo voto se não contava, não só esse artificio era pueril em uma eleição em que os electores estavam ou podiam estar sempre presentes, por serem da villa e não do campo, mas sendo a totalidade dos electores recensados em todo o circulo 1:592, a saber: 485 da assemblea das Dores, 522 da assemblea da casa da camara, e 585 da assemblea do Beiriz; e havendo o deputado eleito alcançado 875 votos, maioria absoluta não só dos votantes reaes que a lei exige, mas da totalidade dos recensados, segue-se que ainda quando todos recensados que aliás deixaram de concorrer, effectivamente concorressem á urna, esta eleição em nada podia já mudar de face.

Por estes fundamentos é a comissão de parecer que a eleição pelo circulo eleitoral da Povoia de Varzim seja approvada.

A comissão, n'este resultado, não pretende por modo algum attenuar a responsabilidade que pôde pesar sobre a competente autoridade de Povoia de Varzim, ou sobre qualquer outra pessoa não constituida em autoridade que tivesse parte nas faltas, excessos ou crimes perpetrados por occasião da eleição; e abstem-se de entrar na apreciação d'essa responsabilidade, porque sendo de crer que de tudo se estár conhecendo pelos meios e vias competentes para se dar execução á lei, não deve a comissão nem a camara prevenir o juizo dos tribunaes respectivos.

O sr. *Xavier da Silva*, o regimento da camara determinando expressamente, que só se podem votar e discutir na junta preparatoria as eleições sobre as quaes não houver duvida; e tencionando propor a annullação d'esta eleição, mandava para a mesa a seguinte proposta:

«Proponho que, na conformidade do regimento, se reserve a discussão do parecer sobre o circulo 28, para depois de constituida a camara dos deputados.»

Foi apoiada e entrou em discussão.

O sr. *Rodrigues Samyão*, determinando a lei eleitoral (que é alguma cousa superior ao regimento), que á camara dos deputados, tanto nas sessões preparatorias como depois de constituida, pertence exclusivamente a decisão definitiva de todas as duvidas e questões sobre os processos eleitoraes, não podia ser aceto o adiamento, porque n'este caso a camara não tem mais poderes do que a junta, e só podia ser admittido, quando proposto com o fundamento de se esperar que comparecesse o sr. deputado eleito para defender a sua eleição.

O sr. *Mousinho de Albuquerque*, sempre que se apresenta da parte de uma porção consideravel de qualquer assemblea uma duvida, que se pôde classificar de escrupulo sobre a legitimidade de um acto, nada se perde em respeitar esse escrupulo; e para votar pelo adiamento, acresce a circumstancia de não estar presente o individuo a quem o parecer diz respeito, e tendo sido sempre costume ouvir os individuos, cuja eleição é contestada, era de opinião que se approvasse o adiamento.

O sr. *Alves Martins* vota pelo adiamento, mas não pelo fundamento que apresentou o seu auctor. A lei é clara; a camara depois de constituida não tem mais poderes para resolver as questões eleitoraes do que como junta preparatoria; mas lendo-se o parecer, sem mais commentario algum, se reconhece a necessidade de se adiar até que venham os documentos respectivos aos actos praticados n'esta eleição, e pelos quaes se verifique a natureza de coacção, em que esteve a mesa eleitoral, e que obsteu a que os trabalhos eleitoraes progredissem como a lei determina.

O sr. *Ministro do reino* abstinha-se de emitir a

sua opinião sobre o adiamento, porque esse negocio compete exclusivamente á assemblea; mas como ouviu dizer ao sr. deputado que o precedeu, que faltavam documentos para illustrar o seu espirito, e resolver o negocio com conhecimento de causa, devia observar que esses documentos não foram mandados porque não foram solicitados, mas tinha os presentes, que são os officios do governador civil do Porto e os autos de corpo de delicto a que se mandou proceder pelas respectivas autoridades, e podia offerece-los ao exame do sr. deputado e da junta, enviando-os para esse fim para a mesa.

O sr. *D. Rodrigo de Menezes* enviou para a mesa a seguinte proposta:

«Proponho que, em cumprimento do regimento, a discussão se limite á materia do adiamento.»

Não foi admittida.

O sr. *José Estevão* também mandou para a mesa a seguinte proposta:

«Proponho que se adie a discussão do parecer até que se examinem os documentos que o sr. ministro do reino mandou para a mesa.»

Foi admittida á discussão.

O sr. *Rebello Cabral*, logo que um sr. deputado declarou que tencionava propor a annullação d'esta eleição, e que não se achava presente o sr. deputado eleito não deve restar a menor duvida para que se adie a discussão do parecer, fazer o contrario seria ir contra a lei.

Pedia ao sr. deputado que entendeu que não tinha logar a invocação do regimento em presença das disposições da lei eleitoral, que observasse, que as palavras da lei não são favoráveis á sua opinião, porque, com relação ao artigo 103.º, as duvidas que se offerecem a respeito d'esta eleição são apresentadas por um sr. deputado, que diz que tencionava propor a sua annullação; e não pela comissão, e em quanto ao artigo 104.º, não se verifica a hypothese que elle prevê. Alem de que, tem sido sempre pratica, logo que se apresenta uma proposta d'esta natureza, reservar-se a discussão para depois da camara constituida, e é conforme não só com os principios, mas com as conveniências publicas que não se demore a constituição da camara á espera que se discuta e resolva uma ou outra eleição que offerece duvidas. Por consequencia o adiamento proposto pelo sr. *Xavier da Silva* não pôde deixar de ser approvado. O contrario seria querer demorar a constituição da camara sem vantagem alguma. E em quanto ao adiamento proposto pelo sr. *José Estevão*, também o approvava, se o seu fim era que fossem remettidos á comissão, para os examinar, os documentos apresentados pelo sr. ministro do reino, sem com isso se prejudicar o primeiro adiamento.

O sr. *Xavier da Silva*, segundo a disposição do regimento, que não lhe ocorreu quando formulou a sua primeira proposta, nunca se discutiu eleição alguma que fosse contestada, sem estar presente o deputado eleito, ou ser convidado para defender a sua eleição, e como um sr. deputado disse, que se o adiamento tivesse este fundamento approva-lo-ia, para tirar os escrupulos a esse sr. deputado e a quaesquer outros, como substituição á sua primeira proposta, enviava para a mesa a seguinte:

«Proponho que se adie a discussão do parecer sobre o circulo 28 até que esteja presente o sr. deputado eleito.»

Foi admittida á discussão esta proposta, e retirada a primeira.

O sr. *Sá Vargas*, que já havia declarado por parte da comissão, que não tinha duvida em acceitar o adiamento, comtanto que fosse para ser convidado a comparecer na junta o deputado eleito.

O sr. *Alves Martins*, estando todos concordes em que a questão se adiasse, parecia-lhe tempo perdido questionar mais a este respeito. Desde que o sr. ministro do reino declarou que podia apresentar todos os documentos relativos a este negocio, e que eram bastantes para habilitar a junta a fazer o seu juizo, mais razão havia para o adiamento, até que todos fossem d'ella conhecidos, para poder julgar e decidir em consciencia.

O sr. *A. R. Sampaio*, concordava com o adiamento, sem ver os inconvenientes que poderiam dar-se pela falta da presença do deputado, porque a camara tinha meios de o convidar e de declarar vaga a sua cadeira no caso d'elle não comparecer dentro do prazo marcado.

Não podia aceitar a distincção que se fazia entre duvidas exaradas pela comissão no seu parecer, e duvidas apresentadas agora na discussão; porque era distinguir onde a lei não distingue, e dar-se margem a que a questão se adiasse eternamente.

A lei é clara. A junta é tão competente para resolver todas as duvidas, como a camara, porque depois do sacramento da sua constituição é composta dos mesmos homens; nem por esse facto perde a faculdade, que tem agora, de ajuizar das eleições dos seus membros.

Seria bom que os documentos, que foram para a mesa se remetterssem á comissão para sobre elles dar o seu parecer, ainda que depois se sobre-estivesse em se adiar a discussão até á presença do deputado eleito; porque d'esta forma se saia do labyrintho em que a junta se via a este respeito.

O sr. *Diogo de Sá* observou que se se esperasse para a discussão d'esta eleição pela presença do cavalheiro sobre quem recaiu, podia acontecer que nunca houvesse decisão a este respeito, se elle não comparecesse, como não têm comparecido outros nas mesmas circumstancias, e nomeadamente aquelles que ha duas ou tres legislaturas foram eleitos por Moncorvo, cuja eleição também fora contestada.

O sr. *José Estevão*, a questão da competencia estava decidida: ninguém havia contestado que a junta tivesse tanto direito como a camara constituida para resolver sobre a validade da eleição. Queriam fazer distincção entre os diversos adiamentos; porque se concordava em que se adiasse a questão isso não significava o participar da opinião de muitos sr. deputados eleitos, de que o adiamento seja até que o deputado eleito venha defender a sua eleição.

O artigo 5.º do regimento, que era citado com a maior boa fé, para assentar n'elle a resolução de se adiar a discussão deste parecer até a camara estar constituida, era, com perdão de quem o redigira, um artigo revolucionario, se não inepto, porque pôde occasionar a impossibilidade de se constituir uma camara. Se, por haver duvidas sobre uma eleição, fica esta reservada para a decisão da camara depois de constituida, podem ser tantas as duvidas sobre tantas eleições, que não haja numero para ella se constituir, por serem poucas as não viciadas. E assim não devia aquelle artigo ser tomado por norma para as resoluções da junta.

Parecia-lhe absurda a opinião que se tinha aventado. Não podia esperar-se a comparencia do deputado eleito, de que se tratava, porque havia a obrigação de se examinar os diplomas de todos, estejam ou não presentes, e o deputado eleito apenas tem o direito livre de comparecer ou não, e podia recusar-se a faz-lo. Suppondo, porém, que elle não quer tomar assento na camara, havia de se parar com os trabalhos diante d'essa relucencia e deixar-se uma parte do paiz sem representação? Mesmo o artigo 5.º do regimento reconhece este principio, porque diz que se convide o deputado eleito para tomar parte na discussão; e ainda assim ha a possibilidade de ser recusado o convite.

Portanto os fundamentos do adiamento não podiam ser senão uns. A junta não julga que este pro-

cesso eleitoral esteja bastante documentado; precisa, para votar com conhecimento de causa, de mais documentos. Mas appareceram alguns; adie-se a discussão até que sejam examinados; e se não forem bastantes, adie-se ainda até que venham outros.

Votava pois contra todos os outros adiamentos. O sr. *Presidente*, estava fechada a discussão, e ia votar-se sobre as propostas do sr. *Xavier da Silva*, e do sr. *José Estevão*. Parecia-lhe porém conveniente, que á proposta do sr. *Xavier da Silva* se acrescentasse o additamento enunciado pelo sr. relator da comissão, para que fosse convidado o sr. deputado eleito; porque desta forma terminavam todas as duvidas; mas sem elle estar escripto, não o podia pôr á votação.

O sr. *Sá Vargas* declarou que também aceitava o adiamento do sr. *José Estevão*; e ouvindo dizer que o deputado eleito já estava em Lisboa, e por isso podia amanhã vir assistir á discussão da sua eleição, era escusado fazer-lhe um convite para esse fim.

O sr. *José Estevão* insistiu em que se convidasse o sr. deputado eleito a vir á junta defender a sua eleição, não obstante achar-se em Lisboa, porque era um acto de delicadeza, e o sr. deputado, podia, sabendo que suscitavam duvidas a respeito della, ter melindre em comparecer na assemblea.

O sr. *Presidente*, que não podia pôr á votação senão as propostas que estavam sobre a mesa.

Posta á votação a proposta do sr. *Xavier da Silva*, foi rejeitada.

Posta á votação a proposta do sr. *José Estevão*, foi approvada.

A requisição do Sr. Moraes Carvalho foram os documentos remettidos á comissão para dar parecer sobre elles.

O sr. *Presidente* continuava a discussão sobre o parecer com relação aos outros circulos.

#### CIRCULO N.º 29—SANTO THYRSO

O circulo eleitoral de Santo Thyrso foi dividido nas assembleas de Santo Thyrso, Bungalow, Lamellas e Roriz. Entraram na urna 744 listas, e saíu eleito com 741 votos o cidadão Carlos Cyrillo Machado.

O processo eleitoral mostra que se observaram na eleição as disposições da lei, e o diploma que foi presente á comissão, depois de combinado com os papeis da eleição, justifica plenamente a habilitação legal do deputado eleito.

É portanto a comissão de parecer que a camara approve a eleição pelo circulo de que se trata, e que o Sr. Carlos Cyrillo Machado seja proclamado deputado.

#### CIRCULO N.º 30—VILLA DO CONDE

Houve no circulo de Villa do Conde 3 assembleas, em Villa do Conde, Junqueira e Fajozes. Na urna entraram 918 listas, e não 1:016 como por equivoco ou erro de calculo se diz na acta do apuramento, visto que na assemblea de Villa do Conde entraram 426, na da Junqueira 237 e na de Fajozes 255, o que prefaz 918.

Na eleição observaram-se as solemnidades da lei, e apurados os votos saíu eleito o cidadão Bento de Freitas Soares com 755 votos, e portanto com muito mais que a maioria absoluta do numero total dos votantes reaes, e ainda do numero total dos votantes, que pelo erro especificado, a acta do apuramento menciona.

A comissão é de parecer que esta eleição deve ser approvada.

#### CIRCULO N.º 31—BAIÃO

Examinada a acta da assemblea de apuramento, consta que o bacharel Manuel Carlos de Azevedo Pinto foi votado unanimemente em todo o circulo, obtendo 1:190 votos, que foi o numero total de todos os votantes reaes.

Comparada a acta da assemblea de apuramento com as actas das assembleas primarias, cadernos de recenseamento e mais documentos que constituem o processo eleitoral, vê-se que o apuramento foi feito em conformidade com os mencionados documentos; e que não ha nullidade ou irregularidade de alguma que possa influir na eleição, nem reclamação ou protesto contra ella.

Parece portanto á comissão que deve ser julgada valida a eleição do referido circulo 31.

#### CIRCULO N.º 33—AMARANTE

Examinada a acta da assemblea de apuramento, actas das assembleas primarias, cadernos do recenseamento e mais documentos que constituem o processo eleitoral, vê-se que o numero total dos votantes reaes foi de 1:195; que d'estes o bacharel Miguel Pinto Martins obteve 1:156 votos, que constituem não só maioria absoluta, mas quasi unanimidade.

Não ha no processo nullidade ou irregularidade alguma que possa influir no resultado da eleição, nem reclamação ou protesto contra ella.

Entende portanto a vossa comissão, que deve ser julgada valida a mencionada eleição do circulo 33.

#### CIRCULO N.º 34—FELGUEIRAS

Examinada a acta da assemblea de apuramento, actas das assembleas primarias, respectivos cadernos de recenseamento e mais documentos que constituem o processo eleitoral, vê-se que o numero total dos votantes reaes em todo este circulo foi de 1:447; que d'estes teve o conselheiro Custodio Rebello de Carvalho 1:345 votos, que não só constituem maioria absoluta, mas quasi unanimidade.

Não ha no processo nullidade alguma ou irregularidade que possa influir na validade da eleição, nem protesto ou reclamação alguma contra ella.

Entende portanto a vossa comissão que a referida eleição deve ser julgada valida.

E como o deputado eleito, o conselheiro Custodio Rebello de Carvalho, apresentou o seu diploma na conformidade com a acta de apuramento, entende também a vossa comissão que o mesmo conselheiro Custodio Rebello de Carvalho deve ser proclamado deputado da nação portugueza.

Foram approvados sem discussão.

O sr. *A. A. Correia de Lacerda* (sobre a ordem) mandou para a mesa, por parte da 1.ª comissão o parecer sobre o diploma do sr. deputado eleito por Vianna, Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

O sr. *Presidente*, que a junta havia de querer que se fizesse com relação a este parecer o mesmo que já se fizera com relação a outro, isto é votar-se já, dispensando-se a impressão d'elle; e por isso ia pô-lo á votação.

Approvado.

O sr. *Gaspar Pereira*, que estava no mesmo caso o diploma do sr. Bento de Freitas.

O sr. *Presidente* ponderou que a comissão não tinha dado ainda o seu parecer sobre elle.

#### CIRCULO N.º 35—LOUSADA

Examinada a acta da assemblea de apuramento, actas das assembleas parciais, cadernos de recenseamento e mais documentos que constituem o processo eleitoral, vê-se que o numero total de votantes em todo o circulo foi de 1:595; que d'estes o bacharel Joaquim Cabral de Noronha e Menezes obteve 1:123 votos, que não só constituem maioria absoluta, mas mesmo mais de dois terços do numero total dos votantes.

Não houve nullidade ou irregularidade que pos-

sa influir na validade da eleição, nem protesto ou reclamação alguma contra ella.

Entende portanto a vossa comissão que a mencionada eleição deve ser julgada valida, e proclama deputado o mesmo cidadão Joaquim Cabral de Noronha e Menezes, por ter apresentado o diploma em forma.

#### CIRCULO N.º 36—PENAFIEL

Examinada a acta da assemblea de apuramento, actas das assembleas primarias, respectivos cadernos de recenseamento e mais documentos que constituem o processo eleitoral, vê-se que o numero total dos votantes reaes foi de 1:564; que d'estes obteve o barão das Lages 1:556 votos, que não só constituem a maioria absoluta, mas quasi a unanimidade.

Não ha no processo nullidade ou irregularidade alguma que possa influir na validade da eleição, nem protesto ou reclamação alguma contra ella.

Entende portanto a vossa comissão que a mencionada eleição deve ser julgada valida.

#### CIRCULO N.º 37—PAREDES

Examinada a acta da assemblea de apuramento, d'este circulo, actas das assembleas primarias, respectivos cadernos de recenseamento e mais documentos que constituem o processo eleitoral, vê-se que o numero total dos votantes reaes foi de 968; que d'estes o bacharel José Guilherme Pacheco obteve 967 votos; que não só constituem a maioria, mas quasi a unanimidade.

Não ha no processo nullidade ou irregularidade alguma que possa influir na validade da eleição, nem protesto ou reclamação alguma contra ella.

Entende portanto a vossa comissão que a referida eleição deve ser julgada valida.

#### CIRCULO N.º 38—CHAVES

Examinada a acta da assemblea de apuramento, e mais documentos que constituem o processo eleitoral, vê-se que o numero total dos votantes reaes foi de 1:780; que d'estes o bacharel Rodrigo de Moraes Soares obteve 1:144 votos, que constituem maioria absoluta do numero total dos votantes.

Não houve nullidade ou irregularidade alguma que possa influir na validade da eleição nem protesto ou reclamação contra ella.

Entende portanto a vossa comissão que a mencionada eleição deve ser julgada valida.

E tendo o deputado eleito Rodrigo de Moraes Soares apresentado o seu diploma conforme com a acta da assemblea de apuramento, entende também a vossa comissão que elle deve ser proclamado deputado da nação portugueza.

#### CIRCULO N.º 39—MONTALEGRE

Examinando a acta da assemblea de apuramento d'este circulo e mais documentos que constituem o processo eleitoral, vê-se que o numero total dos votantes reaes em todo o circulo foi de 1:315; que d'estes o bacharel Antonio José de Barros e Sá obteve 991 votos, que não só constituem a maioria absoluta, mas mesmo mais de dois terços do numero total dos votantes.

Não ha em todo o processo nullidade ou irregularidade alguma que possa influir na validade da eleição, não obstante terem protestado contra esta na assemblea de Boticas, os cidadãos Antonio Annes, do logar de Sanguinhado, e o reverendo Zeferino Pereira, reitor da freguezia de Sapiães; porque os fundamentos do protesto que consta da respectiva acta, e consistem: 1.º, em se não ter devidamente verificado a identidade dos votantes; e 2.º, em ter a autoridade administrativa influido illegalmente na eleição, foram negados pela mesa; não se podem juridicamente presumir, nem foram provados pelos protestantes.



é o edital da comissão do recenseamento que foi afixado na porta da igreja de Valle Passos, annunciando, na forma do artigo 33.º § 1.º do decreto eleitoral de 3 de setembro de 1852, que havia sido attendida a reclamação de 47 cidadãos da mesma freguezia para serem inscriptos no recenseamento como eleitores, cujos nomes se lêem no mesmo edital, e entre os quaes se encontram os nomes de 39 protestantes.

O documento n.º 2 é uma certidão da comissão do recenseamento, de como foram inscriptos no respectivo livro os nomes dos 47 reclamantes, assignando por isso o termo tão somente o secretario da comissão, e deixando de o assignar por esquecimento os outros membros d'ella.

Tanto as assignaturas dos protestantes, como a do presidente da comissão do recenseamento que assignou o edital (documento n.º 1), como finalmente as da maioria dos membros da mesma comissão que assignou a certidão (documento n.º 2), vem reconhecidas por tabellião.

A primeira comissão de verificação de poderes, tendo examinado maduramente o protesto acima transcripto, documentos que o acompanhavam e mais peças do processo eleitoral que com elle tem referencia;

Attendendo a que a decisão da comissão do recenseamento que recebe a reclamação dos reclamantes não chegou a constituir caso julgado, por não ter sido inscripta no livro em devida forma, faltando-lhe a solemnidade essencial da maioria dos membros da comissão;

Attendendo a que por isso não podia a mesma decisão passar em julgado contra terceiros, por não ter sido inscripta no livro em devida forma, faltando-lhe a solemnidade essencial da maioria dos membros da comissão;

Attendendo a que o § 3.º do citado artigo 33.º do decreto eleitoral de 30 de setembro de 1852 dispõe que o livro do recenseamento, depois de reformado com a inscripção das decisões da comissão, sobre as reclamações que lhe foram feitas, deve estar patente por cinco dias para poder ser examinado pelos interessados, e que por isso os protestantes devem imputar a sua negligencia o não terem examinado se os seus nomes haviam sido devidamente inscriptos no mencionado livro;

Attendendo a que a propria comissão de recenseamento reconheceu implicitamente que os reclamantes não estavam recenseados em forma devida pelo facto de não ter feito inscrever os nomes nos cadernos, que remettêr a respectiva assembleia primaria;

Attendendo a que, em virtude da disposição expressa do artigo 63.º do citado decreto eleitoral, só podem ser admitidos a votar os cidadãos cujos nomes estiverem inscriptos no recenseamento dos eleitores, ou que se apresentarem munidos de accordos da relação, mandando-os inscrever;

Attendendo a que, em virtude do § unico do artigo 104.º do citado decreto eleitoral, as questões de recenseamento devem ser sempre resolvidas conforme as decisões das respectivas comissões e sentenças dos tribunales que as confirmarem ou não modificarem; e

Attendendo finalmente a que não consta da acta da assembleia primaria, onde os protestantes deviam ir votar, que elles ali se apresentassem para exercer o seu direito, e que por isso o facto de elles não terem votado não annullaria a eleição, mesmo quando elles estivessem devidamente recenseados; é de parecer a mesma comissão que o protesto não pôde ser attendido.

Não ha em todo o processo eleitoral nullidade ou irregularidade que possa influir na validade da eleição, nem mais protesto ou reclamação alguma contra ella.

Entende portanto a vossa comissão que a referida eleição deve ser julgada valida.

O sr. Antonio Feio, não se podia conformar com este parecer, por entender que estava nulla a eleição; porque acontecendo que o candidato que obteve maioria absoluta apenas teve 8 votos mais, e apparecendo um protesto assignado por 39 cidadãos da freguezia dos Possacos, que não foram admitidos a votar, depois de haver sido mettidos no recenseamento, e quando falta apenas assignar no livro do recenseamento a maioria da comissão, parecia-lhe que, podendo influir directamente na eleição os votos d'estes eleitores, não devia ella ser approvada.

O sr. Xavier da Silva, as razões apresentadas pelo illustre deputado eleito que o precedeu, tinham-lhe feito algum peso, e facilmente ellas se podiam inferir do parecer que se discute; e tendo tambem duvidas sobre esta eleição, e não se achando presente o sr. deputado eleito por este circulo, pedia á camara que esta eleição se não discutisse, sem que fosse convidado o mesmo senhor a vir assistir á discussão.

Que na sua opinião, as razões dadas pela illustre comissão, não podiam collier. A comissão dava como cousa certa que o facto de não estar na mesa o addicionamento do recenseamento, era motivo sobejo para esses cidadãos não poderem votar; mas á comissão tinha escapado o caso em que nas assembleias podem ser admitidos a votar cidadãos que não estão no recenseamento, que são aquellos que tiveram recurso em occasião posterior á epocha em que se deviam extrair do recenseamento as copias que pela lei são mandadas para as assembleias eleitorais. E se era permitido votar quem vae munido de um recurso, pelo qual prova que lhe foi sustentado o seu direito para votar, como não podiam tambem votar 39 cidadãos, a quem a mesma comissão de recenseamento tinha sustentado esse direito, e tinha publicado por edital na porta da igreja os seus nomes, como estando no caso de poder votar?

Que o facto de que estes cidadãos tiveram o seu direito reconhecido pela comissão de recenseamento é que, os seus nomes estiveram na porta da igreja, e não consta que houvesse reclamação d'este julgamento da comissão de recenseamento, o qual depois de ter passado em caso julgado, tem tanto valor como os accordos dados pelos tribunales superiores.

Que era pois fóra de duvida que esses cidadãos tinham direito a votar, e que foram esbulhados d'elle por culpa da comissão de recenseamento que não mandou os seus nomes para a mesa eleitoral, assim como era certo que isto podia fazer mudar a eleição, visto a pequena maioria que obteve o deputado eleito.

Que portanto, parecendo-lhe conveniente que a discussão d'este processo eleitoral seja na presença do deputado eleito, mandava para a mesa o requerimento seguinte:

«Requiro que seja convidado o sr. deputado eleito, para assistir á discussão d'esta eleição.»

Considerado como adiamento foi apoiado e entrou em discussão.

O sr. A. R. Sampaio, não julga necessario o adiamento, porque a questão não é com a pessoa do deputado eleito: se fosse caso de elegibilidade, então o deputado eleito era a pessoa competente para dar explicações; mas sendo uma questão de direito, tanto se pôde ella resolver na ausencia, como na presença do mesmo deputado.

Que o illustre deputado eleito que o precedeu havia accusado a comissão de esquecimento; mas parecia-lhe que não tinha razão para o fazer, porque pelo parecer via-se que ella considerara a questão no mesmo ponto em que o illustre deputado a considerou, e não lhe esquecera que podia haver cidadãos que sem estarem nos cadernos do recenseamento podiam achar-se no caso de votar, que eram aquellos que se apresentassem accordos, da relação, admitindo-os a votar, mas se isto era assim, tambem era verdade que aquellos que não estivessem inscriptos no caderno do recenseamento, nem apresentassem o accordo da relação, segundo a lei, não podiam votar. E perguntava ao illustre deputado se, sendo membro de uma mesa eleitoral, onde se apresentasse para votar um individuo que não estivesse recenseado nem trouxesse accordo da relação, podia admiti-lo a votar?

Que os srs. deputados que têm impugnado a eleição, podem fazer a conta aos votos que haveria de certas e determinadas pessoas, se estivessem recenseadas e tivessem ido votar; mas elle (orador) podia tambem fazer um calculo pelo qual mostrasse que os illustres deputados eleitos, que se acham presentes não estariam na camara se houvesse certo numero de eleitores que tivessem ido votar contra elles.

Que a questão era de direito, e podia até resolver-se em these, sem se fallar na eleição que se discute:—quem não está inscripto no caderno do recenseamento nem apresenta accordo da relação no acto da eleição, pôde ou não votar? Para decidir isto não era necessaria a presença de nenhum deputado eleito, e por tanto, votava contra o adiamento.

O sr. Xavier da Silva, sentiu ter de fallar ainda n'esta questão, mas fazia-o por lhe parecer que ella é digna de toda a consideração.

Que o illustre deputado, relator da comissão, procurando firmar-se na lei de 1852, quizesse emendar o que elle (orador) havia dito, mas permitisse-lhe s. ex.ª dizer que lendo novamente a lei ainda insistia na sua opinião.

Que a lei de 1852, que era a que regulava a eleição na parte em que não foi alterada pela ultima de 23 de novembro do anno passado, mandava positivamente que ninguém podesse votar não estando recenseado, excepto os cidadãos que se apresentassem munidos dos accordos da relação; e como queria o illustre deputado que estes 39 eleitores se apresentassem munidos dos accordos da relação, se elles tendo-se apresentado á comissão do recenseamento, esta lhes deu provimento no seu recurso, os mandou recensear, e publicar a sua decisão na porta da igreja? Não houve contestação, e o julgamento da comissão tinha tanta força como o accordo da relação.

Elle orador não quer suppor crimes, porque crimes não se supõem, provam-se: não quer suppor que a comissão de recenseamento tivesse má vontade, nem andasse dolosamente em não mandar os nomes d'estes cidadãos a quem tinha dado recurso, para a mesa da assembleia eleitoral; mas o facto é que elles lá se não achavam, nem os eleitores podiam votar; e uma eleição tão importante, uma eleição em que oito votos podiam fazer alterar o resultado d'essa mesma eleição, parecia-lhe que se não podia com justiça apprová-la.

Insistia portanto na sua proposta, para que se convidasse o deputado eleito a estar presente, a fim de se ouvir as razões que elle podesse apresentar; mas se a junta não o entendesse assim, e julgasse melhor entrar já na discussão d'esta eleição, então pedia de novo a palavra, e proporia a annullação da mesma.

O sr. Alves Martins tambem lhe parecia justo fazer o convite ao deputado eleito, assim como se não podia conformar com a opinião da comissão pela achar restrictiva da liberdade, e contraria ao pensamento da nova lei, que na maxima parte tende a aperfeiçoar o systema eleitoral, e a dar-lhe maiores garantias de liberdade.

Que o facto é, que houve 39 cidadãos que reclamaram á comissão do recenseamento para serem recenseados, e esta admitiu a reclamação, e mandou-os relacionar, publicando na porta da igreja por edital a sua decisão; que desde esse momento esses individuos não quiseram saber de má nada, seguros de que os seus nomes seriam lançados nos cadernos do recenseamento; mas isto é que se não tinha feito.

Que se perguntara qual o motivo por que esses homens não foram á assembleia reclamar o seu direito? Não haviam lá ido porque souberam que a comissão do recenseamento se contentaria em publicar por edital os seus nomes na porta da igreja, mas não os lançára nos cadernos do recenseamento. Por consequência, estes cidadãos não haviam ido votar á assembleia primaria porque sabiam que não estavam nos cadernos, mas desde que reclamavam, a junta tinha o direito e dever de lhes attender a sua reclamação.

Era pois de opinião que o deputado eleito fosse convidado a assistir á discussão da sua eleição, e caso elle não comparecesse, a camara então trataria de resolver a questão como melhor entendesse; mas desde já declarava que votava contra a validade da eleição, porque não julgava admissiveis as razões que a comissão apresentava.

O sr. Xavier da Silva (sobre a ordem) mandou para a mesa um parecer da comissão de poderes sobre 9 circulos, e tambem os pareceres sobre os diplomas dos srs. deputados por Abrantes, Portalegre e Niza.

O sr. A. R. Sampaio ainda insistia em que o adiamento não era necessario, porque na questão presente não se trata de facto nenhum contestado: tratava-se apenas do direito e sua applicação.

Que toda a gente ha de perguntar qual a razão por que estes 39 eleitores que protestaram aqui contra a eleição de Valle Passos, não protestaram perante a urna, e qual a razão por que não tendo elles comparecido no acto eleitoral, sabiam que não estavam recenseados? Ellos não tinham comparecido no dia da eleição, e só agora é que se lembravam de pugnar pelos seus direitos.

Parecia-lhe que, ainda que a comissão do recenseamento seja reprehensivel pelo seu desleixo, a reclamação que estes cidadãos fazem, teria muito maior força se os cidadãos esbulhados d'esse direito se apresentassem a votar fundados no edital da comissão, porque cre que, não apparecendo elles a votar, ficam considerados como quaesquer outros cidadãos que estavam recenseados e lá não foram. Para votar era necessario ir á eleição; e se elles ficaram em casa e não foram lá, não de explicar a razão por que não foram protestar perante a urna e vieram protestar perante a camara. Se elles podiam ir ali fazer valer o seu direito, qual a razão porque queriam fazer o valer em uma parte onde se não pôde fazer valer? O que tudo isto fazia suppor, é que foram arranjos posteriores ao acto eleitoral.

Que portanto, não lhe parecendo que fosse necessaria a presença do deputado eleito para resolver a questão, visto que ella era de direito, votava por isso contra a proposta de adiamento.

O sr. José Estevão não dava o seu voto ao adiamento, que tornasse a discussão d'este parecer dependente da presença do deputado eleito, porque este podia não aceitar o convite, ou mesmo recusar-lo formalmente.

Que se a junta se resolvesse pelo adiamento, então teria elle de pedir esclarecimentos para tranquillidade da sua consciencia; e carceraria de informações publicas, com o fim de saber se os 39 eleitores protestaram ou não fóra da hora, se todos tinham as condições legaes para votar, e se a falta de reclamação ou de protesto a tempo, foi resultado de incuria dos mesmos eleitores, ou se foi um proposito para poderem apresentar ao parlamento os

recursos e protestos que deviam ter sido apresentados em outras occasiões. Se por ventura as cousas assim se tivessem passado, o sancionador este precedente era estabelecer um principio de anarchia, de desordem e de má fé em todas as eleições. Mas não podia admitir a idea de que estes 39 eleitores, ou outros se abstivessem de ir á urna, assistindo aliás a todo o acto eleitoral, impassivelmente e recolhidos em si, para depois d'aquelle acto apresentarem protestos, com o fim de annullar o processo eleitoral.

Que não negaria o seu voto a um adiamento, mas só com o fim de se proceder a um inquerito parlamentar, porque o caso talvez o exigisse. A questão de que se trata era d'aquellas em que a presença do candidato não é necessaria para se discutir, nem elle podia dar informações possiveis, porque não podia saber os motivos por que estes 39 eleitores não foram votar, sabendo que estavam recenseados, e não tendo havido até ali acto algum publico, por onde conhecessem o contrario.

Votava, pois, contra o adiamento, e pela eleição, porque tinha a consciencia de que votava por uma eleição verdadeira.

O sr. Thomás de Carvalho votava contra a comparencia do deputado eleito, porque não via que fosse necessaria para se discutir e resolver a eleição de que se trata; e entendia que a junta podia discutir francamente esta eleição, por isso que o deputado eleito, tendo recebido o seu diploma, devia já estar na camara, porque bem sabia que a sua eleição, como todas as outras, tinha de ser discutida, e cumpria-lhe defendê-la, se fosse atacada; porém não veio, e a obrigação da junta não era esperar nem convidá-lo a que comparecesse.

Parecia-lhe que o debate fora levantado mais pelos motivos que a comissão exarou no seu parecer, do que pelos argumentos adduzidos por parte de certos deputados que têm impugnado esta eleição; porque as razões com que a comissão quiz invalidar o protesto é que deram causa a esta questão. Mas pela sua parte prescindia do protesto e das razões apresentadas pela comissão para o invalidar, e dando como acreditavel que os 39 contribuintes eram verdadeiros eleitores: o facto é, que tendo direito de votar, obraram como muitos outros contribuintes que estavam recenseados, mas que não quiseram ir votar, como tambem não quiseram os 39 eleitores de que se trata.

Que tivera na sua mão o recenseamento dos eleitores do circulo eleitoral de Valle Passos, e conferindo o numero dos votantes com o dos recenseados, conhecia-se que não eram só estes 39 eleitores; mas, alem d'estes, houve mais 400 eleitores recenseados, que não foram votar, os quaes tambem porque não quiseram usar do seu direito, podiam do mesmo modo protestar, e concorrerem pela mesma forma para invalidar a eleição.

Que, se acaso tivessem votado todos os recenseados, e faltassem somente os 39, era claro que a sua votação poderia fazer variar o resultado da eleição, mas, tendo deixado de votar 400 eleitores, ninguém pode prever o grau de influencia que o voto d'estes 39 exerceria na eleição.

Era porém certo que os 39 eleitores não só não se apresentaram a votar na assembleia primaria, porque ninguém lá os viu, nunca tornaram mais, e só apparecem perante a junta do apuramento no dia em que fizeram o protesto que foi presente á junta preparatoria, e que vem mencionado no parecer da comissão. Isto é, não reclamaram senão passada a eleição, tendo prescindido do direito de votar, como prescindiram os 400, e outros muitos, que estando bem recenseados, não quiseram ir votar.

Prova, pois, que elles prescindiram do seu direito, o protesto que apresentam não pôde ser attendido nos termos e pelos motivos e razões por que elle foi apresentado, por isso que, quem prescindiu do seu direito, não pôde depois reclamar; e por isso o protesto é completamente nullo.

Deve-se notar que estes 39 eleitores não foram impedidos de votar, e tendo a consciencia de que estavam recenseados e de que podiam votar, e não havia acto algum publico que lhes fosse conhecido, de que não estavam recenseados, deviam apresentar-se a votar, e se não fossem chamados então é que deviam immediatamente protestar. (Uma voz — Se elles não estavam no caderno do recenseamento, não lhes acceitavam o protesto.) Assim é, mas o candidato que ficou immediato em votos estava presente, e esse podia então reclamar, mas não reclamou; e isto levava-o a suppor que não foram os 39 eleitores que protestaram, mas foi talvez o immediato em votos quem se arrou d'este subterfugio para ver se assim fazia annullar a eleição.

Tinha-se dito que os votos dos referidos 39 eleitores que não votaram, podiam reair a favor do immediato em votos, fazendo assim variar o resultado da eleição; mas provado como está, que deixaram de votar 400 eleitores, a respeito d'estes co-lhe o mesmo argumento a favor do deputado eleito, tanto mais que sendo um principio que os votos dos ausentes acrescem aos dos presentes, os 400 deviam acrescer aos do candidato que teve mais 8 votos.

A questão era clara: o que se pertendia era ver se a junta annullava a eleição; mas não via motivo nem razão plausivel para isso, e portanto terminava votando contra o adiamento, e pela validade da eleição.

O sr. Antonio Feio, não podia de forma alguma igualar o direito d'aquelles eleitores que, estando recenseados, deixam de votar, com o d'aquelles que, tendo sido recenseados pela comissão, em virtude de reclamação, os seus nomes publicados por edital na porta da igreja, assignados por todos os membros da comissão do recenseamento, e lido o edital pelo parcho respectivo no domingo immediato á decisão tomada pela comissão, quando estavam preparados para irem votar não foram por que souberam que não estavam os seus nomes inscriptos nos cadernos que foram presentes á mesa eleitoral. Por consequência estes eleitores estão em muito diferentes circumstancias dos que estando no caderno do recenseamento não foram votar porque não quiseram usar do seu direito.

Podia á junta que notasse que estes 39 eleitores foram excluidos da freguezia do candidato, que foi o immediato em votos; e sem com isto querer dizer que houvesse má fé, contudo tornava-se um tanto suspeito.

O recenseamento que serviu para a eleição de Valle Passos ou estava ou não viciado; se o estava, como se podia presumir pelos factos que tiveram logar, era claro que um acto que é feito sobre base falsa não pôde dar uma eleição verdadeira.

Votava, pois, pela annullação da eleição.

O sr. Alves Martins, a questão estava esgotada, e por isso pouco diria.

Que o sr. Thomás de Carvalho expoz, que provado que fosse que os 39 eleitores tinham prescindido do seu direito, o protesto era inadmissivel. Mas onde se provava que os 39 eleitores tinham prescindido do seu direito? O que se vê é que elles foram privados do direito de votar, tendo a comissão do recenseamento attendido á sua reclamação.

Argumentava-se contra a admissão do protesto por não ter sido apresentado na assembleia primaria ou de apuramento e sim á junta preparatoria da camara dos deputados; mas pergunta qual é o artigo da lei eleitoral que diga, que os protestos

para serem attendidos só podem ser apresentados na assembleia primaria ou de apuramento e não na junta preparatoria? Não ha nenhum. Prescindindo mesmo da presente questão perguntava, se porventura á junta fosse presente um documento qualquer, ou se conhecesse pelo exame dos cadernos de recenseamento que as mesas eleitorais tinham rasgado alguma folha d'esses cadernos e portanto tirado assim o direito de votar a cidadãos que o tinham, a junta não tinha direito de tomar conhecimento d'este facto? Porventura não poderia elle influir no resultado da eleição? Poderá dizer-se, que este facto é operação de recenseamento, e não operação eleitoral? Portanto quando se apresentam factos taes como aquelle que vem mencionado no protesto, a junta tem direito e deve tomar conhecimento d'elles.

Entendia que para a junta decidir o ponto em questão não era necessario que esteja presente o deputado eleito, mas não havia razão alguma para deixar de dar toda a latitude ao direito de defeza, e por isso deve esperar-se pelo deputado eleito, visto que o seu direito é contestado; mas a camara não carece de convidá-lo para resolver a questão, é porém em attenção ao principio de defeza que vota pelo adiamento.

O sr. Xavier da Silva cedeu da palavra.

O sr. Calça e Pina, nos pontos sobre os quaes tinha tomado em vista a questão que se agitava, havia sido prevenido pelos dois deputados que o precederam; mas sempre diria, que entendia que todas as eleições que fossem feitas por cadernos viciados, a junta podia, e devia, tomar conhecimento d'esses vícios.

Em quanto ao adiamento entendia, fundado nas mesmas razões apresentadas pelo sr. José Estevão, que se devia adiar a discussão da eleição a fim de que fossem ministrados á junta, por todas as formas e modos possiveis, as informações e esclarecimentos tendentes a chegar ao fim que a mesma junta tem em vista, que é o conhecimento da verdade; e n'estes termos votava pelo adiamento.

O sr. Justino de Freitas, que lhe parecia que a questão do adiamento não podia ser approvada, porque, a de que essencialmente se tratava era uma questão de direito, e portanto pouco importava que o deputado eleito estivesse presente, porque a tal respeito elle não tinha a dar esclarecimento ou informação alguma de facto.

Que lhe parecia tambem que o sr. deputado, auctor do adiamento, tinha confundido as attribuições da junta com as attribuições da camara; o regimento da camara estabelecia o principio, de que quando houvesse duvida sobre a eleição ficasse para a camara as decisões d'essas eleições, e era para este caso que o deputado era convidado a vir á camara, porque não podia entrar n'ella sem estar approvada a sua eleição e ser proclamado deputado; mas hoje, que todos os deputados eleitos estão constituídos em junta preparatoria, e na qual tem entrada o deputado de que se tratava, era uma inutilidade, e até lhe parecia uma falta de delicadeza, dirigir um convite a um deputado que tem direito de entrar na sala em quanto a camara não estiver constituída.

Parecia-lhe portanto que o adiamento proposto não podia ter logar, já porque o deputado eleito tem direito de entrar na junta sem ser necessario convidá-lo para isso, já porque se trata de uma questão simplesmente de direito, e em que o candidato não tinha a esclarecer cousa alguma; e portanto votava contra o adiamento.

Tendo dado a hora

O sr. Presidente disse que a ordem do dia para amanhã era a continuação da de hoje, e levantou a sessão. — Eram 4 horas da tarde.

## NOTICIAS DO REINO

### CONTINENTE

Coimbra — Com o justo titulo de *Vandalismo* dá o *Contrabandista* de 31 do passado esta noticia:

«Na noite de 27 para 28 do corrente cortaram o fio electrico no sitio de Valle do Inferno, proximo de Santa Clara, subúrbios d'esta cidade. Tentaram primeiro derrubar o poste, chegando a escavar o terreno perto d'elle; porém como não podessem levar a effeito essa tentativa, subiram pelo pau caviar ao auxilio de uma corda, e cortaram o fio com uma lima!»

Lê-se no *Contrabandista*:

«No mez de janeiro produziram as rendas do concelho de Coimbra o seguinte:

«Cestas annoveis 35150—Medidas de capacidade, pesos e lineares 1033500—Matadouro 508000—Carnes 711425—Peixe fresco e salgado 118140—Sardinha 368320—Vinho ordinario 6845120—Vingra 33000—Vinhos e licores 35400—Aguardente 928575—Azete 2088720—Sal 528960—Carros 535180.—Somma 2:014\$000.»

Buarcos — Em dia de 29 do passado escrevem d'esta villa ao *Contrabandista*, dizendo-lhe que abatera a mina de carvão d'aquella localidade, o que é uma grande desgraça, porque faz parar a fabrica de vidros, talvez para sempre.

Aveiro — O *Campê das Provincias* diz que se esperava ali desde o dia 21 o vapor *D. Pedro* para receber uma carregação de fruta para os portos de Inglaterra. Deveria ter vindo de Gibraltar com direcção a este porto; porém o mau tempo fez com que arribasse a Lisboa, d'onde devia sair, segundo participação telegraphica, no sabbado.

O tempo continua mau e nebuloso, de forma que nem pode ser avistado da barra, nem ouzaria talvez aproximar-se da costa. Em consequencia d'isto ha suspeitas de que seguisse para o norte.

De Lisboa disseram aos fretadores, que são os srs. viuva Barbosa & filhos, que elle estivera na terça-feira sobre esta barra, e que do terra lhe não haviam feito communicação alguma. Mandou-se perguntar para a barra se effectivamente apparecera, e tanto os pilotos, que já estavam prevenidos da sua vinda, como todos os trabalhadores que ali andam empregados, asseveraram que n'aquelle dia nenhum vapor se avistara, e que só no domingo 22 appareceu um, mas muito ao largo. O que consta n'esta cidade é que n'esse dia estivera em frente da costa de Mira (5 leguas ao sul da barra d'esta cidade) um vapor fazendo signaes para terra, e aproximando-se tanto da praia, que corren grande risco de se ficarem encailhado.

É portanto de presumir que fosse este o *D. Pedro*, e que o capitão se enganasse com a costa, porque a de Mira tem o mesmo aspecto com pequena differença, que a de S. Jacinto, e ha por ali algures uma pyramide dos trabalhos geodesicos, que se podia suppor ser a torre de signaes.

O capitão fez mal em sair de Lisboa sem um pratico da costa, visto que a não conhecia, e prejudicou gravemente os interesses dos fretadores, que tinham já parte da carga prompta. Se agora seguiu para Inglaterra estão elles no seu direito de o obrigar pelo cumprimento da carta de fretamento.

Nos sentimos que este barco não podesse aqui entrar, para credito d'este porto, que continua com boa direcção, e bastante profundidade.

Guarda — N'uma correspondencia dirigida d'esta cidade ao *Jornal do Porto* lê-se o seguinte:

«As chuvas continuam incessantes, impellidas por fortissimos ventos, e n'este momento, estão sendo substituidas por neve em grande abundancia. Apesar, porém, do estado anarchico da atmosfera,

tem-se por aqui vivo menos mal. Poucas são as noites que não haja reuniões de famílias em casas particulares, onde se folga como entre amigos. Alem d'estas vae a have-las simillantes, mensalmente, no *club*, onde no dia 9 do corrente se deu o baile decretado para o anniversario da inauguração. Em quanto a este, para não cansar, diremos somente que foi uma festa brilhante, até mesmo sumptuosa.

Porto — Acerca do estado do tempo escreve o seguinte *O Amigo do Povo*, de 1 do corrente:

«Temos estado sob um rigoroso inverno. Hontem foi um chover incessante. Com tantas chuvas o rio Douro saíu fóra do seu leito, e leva alguma corrente.»

O *Commercio do Porto* tambem escreve a este respeito o seguinte:

«Apesar da chuva ainda não nos deixar, o mar já hoje permittiu que entrassem e saíssem embarcações.

Até ás 10 horas entraram o vapor inglez *Arno*, a barca *Felix*, e o patacho *Novo Activo*; e saíram o vapor inglez *Cintra*, e o *Lusitania*.

Na estrada de Campanhã, perto da ponte da Revolta, alluiu e desabou um grande volume de terra de um campo, que fica sobreacré a estrada, e caíndo sobre esta a obstruiu.»

Vianna do Castello. — O *Viannense* diz que o tempo aliviara um pouco por aquelles sitios, apresentando-se no sabbado, 28 do passado, um bonito dia, mas que no dia seguinte, domingo, tornara a atmosphera a emnevar-se, chovendo sem interrupção.

### ILHAS

Terceira — Recebemos folhas de Angra do Heroísmo desde 10 de dezembro proximo passado até 15 do corrente.

O *Boletim Official do Districto Administrativo de Angra do Heroísmo* publica o alvará do governador civil, determinando os prazos em que se deviam effectuar os diversos actos do processo eleitoral relativos á eleição dos deputados por aquelle circulo. A eleição geral devia ter logar no domingo 26 do corrente, e o apuramento no domingo seguinte 4 de março. Os circulos eram tres: Angra do Heroísmo, Villa da Praia da Victoria e Villa das Vellas.

O mesmo *Boletim* insere o regulamento para a organização provisoria da secretaria do governo civil. A comissão nomeada em 30 de outubro ultimo, para examinar o estado da administração das misericordias da Villa da Praia e Villa Nova, tinha terminado o seu trabalho em que empregou todos os esforços para que das suas indagações se colhesse o melhor resultado. Esta comissão era composta dos cidadãos João Antonio Nogueira, Carlos Augusto Portugal Ribeiro e José Vaz da Costa. O seu relatório tambem vem publicado no mencionado *Boletim*, e os inqueritos a que a comissão procedeu nos hospitais da misericordia da Praia, Lazaros e Villa Nova.

Segundo o periodico denominado *A Terceira*, continuavam com toda a actividade os trabalhos do novo *theatro angrense*.

No *Angrense*, de 29 de dezembro ultimo, lê-se o seguinte acerca da criação do asylo de mendicidade, que se trata de estabelecer na capital do districto.

«O asylo de mendicidade tem tido bastantes obstáculos á sua inauguração. Estes obstaculos porém acham-se removidos em grande parte. — Uma comissão composta de 2 membros da comissão administrativa da santa casa da misericordia, e de 2 da encarregada da fundação do mesmo asylo, foi incumbida da escolha do local, assim como de dirigir os trabalhos necessarios para o reparo e concertos que por ventura fossem necessarios na localidade que escolhessem. Os trabalhos d'esta comissão acham-se bastante adiantados; e por isso em breve veremos estabelecida entre nós esta nova casa de piedade, que demonstrará mais uma vez o desenvolvimento da civilização da nossa terra.

Segundo nos consta, em breve vae continuar a subscripção para a criação d'este asylo, a qual se acha paralisada ha alguns mezes.»

A camara municipal de Angra do Heroísmo, ultimamente eleita, e que deve funcionar no bienio de 1860 a 1862, é composta dos seguintes cidadãos:

Visconde de Bruges, presidente, Luiz Antonio Parreira, vice-presidente — e Frederico Ferreira Campos, Francisco Bettencourt Pereira e Mello, Antonio Siveu de Segueir Camello Borges, Antonio de Menezes Fagundes, e Joaquim José Marques Guimarães, vereadores.

Acerca do estado do tempo lê-se o seguinte no *Angrense* de 15 do corrente:

«Desde o dia 7 do corrente tem reinado uma continua tempestade. Durante todo o dia 8 choveu pedra em abundancia. De 9 para 10 houve vento tão forte que destruiu immenso arvoredor, derrubou paredes e até algumas casas palhoças. A perda da laranja tem sido enorme.»

## NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid de 31 de janeiro, e de Paris até 29 do mesmo mez.

O governo hespanhol recebeu do theatro da guerra o seguinte despacho telegraphico:

«Acampamento de Guad-el-Jeli, 30 de janeiro. — O commandante em chefe do exercito de Africa ao ministro da guerra. — Hontem de tarde chegou a Tetuão Sidi-Azmed, irmão do imperador. Em consequencia d'isto houve salvas na praça e no acampamento inimigo. — Supponho que as peças que existem em Tetuão são de calibre 27 a 30. — Sou informado de que a população de Tetuão, em geral, não opina pela resistencia, e prefere a entrega da praça, a fim de que se evitem as consequencias do emprego da força; porém os habitantes são contrarios nos seus desejos pelos severos castigos que soffrem, sendo cuidadosamente vigiados nos seus movimentos pela gente de fóra da cidade.

Alem d'este despacho, os jornaes hespanhoes publicam os seguintes

### DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pelo jornal *El Horizonte*: Londres, 29 de janeiro. — Segundo affirma o *Observer*, mr. Gladstone submeterá ao parlamento, no dia 6 de fevereiro, o organamento e o tratado de commercio com a França.

Chegou a Londres o principe d'Orange.

Berlin, 29. — Não obstante a França não ter ainda communicado officialmente ás nações os



Paris, 29.—Segundo dizem as correspondências dos Estados Unidos, alguns deputados, depois de se insultarem reciprocamente, passaram a vias de facto.

Fallava-se em Vienna de crise ministerial; diz-se que tem relação com a crise a apresentação de uma deputação húngara, composta de nobres do paiz, a qual se apresentou a fim de manifestar a necessidade de que os votos d'essa grande provincia sejam cumpridos.

Roma, 29.—A hora da retreta reúnem-se diferentes grupos em volta dos tambores francezes gritando: Viva Napoleão! Viva a França! Viva Victor Manuel! Viva a Italia!

Chambery, 29.—O governador, ao receber a deputação, declarou terminantemente que o governo nunca teve idea de ceder a Saboya a França.

Paris 30.—Foi publicado um decreto que supprime o jornal *Univers*. Esta supressão funda-se em que o jornal citado perturbava as consciências, agitava o paiz e minava as bases fundamentais que regulam as relações da igreja com a sociedade civil.

A duquesa Estephania morreu em Baden. O *Moniteur*, transcrevendo nas suas columnas a carta encyclica de sua santidade, diz ser para lamentar que Roma se ache em estado de agitação e unida a Austria, como antes de rebentar a guerra.

## ESPAÑA

Uma correspondência de Gibraltar diz que de dia para dia toma maior consistência o boato de que o imperador de Marrocos fez effectivamente propostas de paz. No dia 15 do janeiro ultimo teve lugar em Tanger uma conferencia a que assistiram, segundo se diz, Mohammed-Ben-Ketib, ministro dos negocios estrangeiros, Hamid-Abdallah, o *moulti-ettesar* ou thesoureiro do imperador, que dias antes chegara de Fez, e muitos representantes das potencias europeas. Diz-se que brevemente terá lugar em Gibraltar uma nova conferencia.

Nota-se, desde certa epocha, um grande movimento n'esta ultima cidade, onde têm chegado diferentes officios hespanhoes, entrando n'este numero um ajudante de campo do marechal O'Donnell.

O imperador de Marrocos, segundo parece, vê que o exercito hespanhol, pela sua coragem, energia e perseverança, tem alcançado victorias segundas, e que depois da tomada de Tetuão, que lhe servirá de base de operações, cousa alguma poderá deter a sua marcha. Affirma-se, pois, que esse principe concede as reclamações de que o gabinete de Madrid exigiu antes de começar a guerra, e que até não terá duvida em pagar a Hespanha uma indemnização. Em Gibraltar todos conhecem estes factos, que, por outra parte, parecem estar em harmonia com a partida, para Madrid, de um official do quartel general. (La Patrie.)

## PIEMONTE

O orçamento para 1860, publicado em Turim, apresenta um deficit de quarenta milhões de francos, apesar de continuar vigente a contribuição de guerra. O exercito absorve quasi metade dos rendimentos totaes, que são já superiores a duzentos e vinte milhões de francos. (El Occidente.)

Dizem as correspondências de Turim que o Piemonte vai concluir um tratado de commercio com a Prussia. A iniciativa d'este projecto é devida ao gabinete Rattazzi; porém a sua conclusão foi adiada, porque o Piemonte manifestou o desejo de que os governos actuaes da Italia central gozem das vantagens d'esse tratado. Este fim parece ter-se já alcançado. O conde de Cavour, segundo se diz, venceu algumas difficuldades, que se apresentavam, e o tratado sardo-prussiano conferirá, effectivamente, á Italia central os mesmos beneficios que possam reverter a favor do Piemonte. (La Patrie.)

## AUSTRIA

A *Gazeta de Vienna* publica no seu numero de 24 de janeiro ultimo um decreto do conde de Thun, ministro de instrucção publica e dos cultos. Esse decreto é relativo á execução da decreto imperial do 1.º de setembro de 1859, e da disposição ministerial de 2 de setembro do mesmo anno, que regulam a posição do protestantismo na monarchia austriaca, e particularmente na Hungria. No decreto de 10 de janeiro ultimo, o ministro convidou os protestantes a que elejam com a brevidade possível os membros dos seus futuros synodos. Todas as comunidades protestantes que, no fim de março proximo, não se acharem constituídas, de accordo com a disposição ministerial de 2 de setembro de 1859, ficam com a sua existencia legal annullada pelo governo e pelos seus órgãos, e perderão o gozo dos privilegios concedidos ás outras comunidades. (Moniteur Universel.)

## NOTICIAS SCIENTIFICAS

### OBSERVATORIO METEOROLOGICO DO INFANTE D. LUIZ NA ESCOLA POLYTECHNICA

BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m. 756,33	5,3	60,3	N.
3 t. 753,52	8,8	39,6	NE.

#### DIA 2.

Maxima — temperatura .....	10,0 C.
Minima — de noite .....	4,9 »
Ozone — de dia .....	8,0 »
Chuva (udometro) .....	7,5 »
Evaporação (vapormetro) .....	0,0 mil.
Altura barométrica corrigida .....	4,0 »
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura à sombra .....	

## NOTICIAS COMMERCIAES

### ALFANDEGA DO PORTO

Receita da alfandega de 1 a 30 de janeiro incluído	101.383.869
Idem no dia 31 .....	3.258.897
	104.642.766

### MOVIMENTO DOS VINHOS E AGUARDENTES

Janeiro, 31

MANIFESTADO PARA DEPOSITO		Pipas Alm. Can.
Vinho .....	66	—
Aguardente .....	13	—
DESPACHADO PARA CONSUMO		
No Porto		
Vinho maduro .....	7	1 5
Dito verde .....	5	17 6
Aguardente .....	—	1 6
DESPACHADO PARA EXPORTAÇÃO		Pipas Alm. Can.
Vinho .....	122	0 2

(Commercio do Porto.)

### EXPORTAÇÃO DE VINHOS NO MEZ DE JANEIRO

Vinhos de 1.ª qualidade .....	Pipas Alm. Can.
1.750	0 9
Aguardente .....	1 11 3
	1.751 12 —

(Nacional.)

### PORTO, 1 DE JANEIRO

Antes de hontem effectou-se uma venda de 200 pipas de vinho, sendo 150 da novidade de 1858, e 50 de 1851.

Alem desta venda tem-se effectuado n'estes ultimos dias mais outras de 50, 40 e 30 pipas.

Acham-se entabuladas duas transacções de vulto, que só se espera pela chegada do paquete para serem ultimadas. (Commercio do Porto.)

### PREÇO MEDIO DOS GENEROS NOS MERCADOS REGULADORES

#### DISTRICTO DE VIANNA DO CASTELLO

##### PONTE DO LIMA

##### Semana finda em 7 de janeiro

Trigo, alqueire .....	\$850
Milho amarello, dito .....	\$360
» branco, dito .....	\$360
Centeio, dito .....	\$450
Feijão branco, dito .....	\$730
» vermelho, dito .....	\$650
» raído, dito .....	\$600
» fradinho, dito .....	\$450
Batata, dito .....	\$320
Azeite, almude .....	\$5300
Vinho, dito .....	\$2600

##### Semana finda em 14 de janeiro

Trigo, alqueire .....	\$850
Milho amarello, dito .....	\$360
» branco, dito .....	\$360
Centeio, dito .....	\$450
Feijão branco, dito .....	\$730
» vermelho, dito .....	\$650
» raído, dito .....	\$600
» fradinho, dito .....	\$450
Batata, dito .....	\$320
Azeite, almude .....	\$5300
Vinho, dito .....	\$2600

##### Semana finda em 21 de janeiro

Trigo, alqueire .....	\$850
Milho amarello, dito .....	\$360
» branco, dito .....	\$360
Centeio, dito .....	\$450
Feijão branco, dito .....	\$730
» vermelho, dito .....	\$650
» raído, dito .....	\$600
» fradinho, dito .....	\$450
Batata, dito .....	\$320
Azeite, almude .....	\$5300
Vinho, dito .....	\$2600

##### VIANNA DO CASTELLO

##### Semana finda em 7 de janeiro

Trigo gallego, alqueire .....	\$880
Milho amarello, dito .....	\$360
Farinha de dito, dito .....	\$340
Centeio, dito .....	\$450
Feijão branco, dito .....	\$730
» vermelho, dito .....	\$650
» raído, dito .....	\$600
» fradinho, dito .....	\$450
Batata, dito .....	\$320
Azeite, almude .....	\$5300
Vinho, pipa .....	\$80000
» almude .....	\$2400

##### Semana finda em 14 de janeiro

Trigo gallego, alqueire .....	\$880
Milho amarello, dito .....	\$360
Farinha de dito, dito .....	\$400
Milho branco, dito .....	\$340
Centeio, dito .....	\$450
Feijão branco, dito .....	\$730
» vermelho, dito .....	\$650
» raído, dito .....	\$600
» fradinho, dito .....	\$450
Batata, dito .....	\$320
Azeite, almude .....	\$5300
Vinho, pipa .....	\$75000
» almude .....	\$2880

##### Semana finda em 21 de janeiro

Trigo gallego, alqueire .....	\$880
Milho amarello, dito .....	\$360
Farinha de dito, dito .....	\$420
Milho branco, dito .....	\$330
Centeio, dito .....	\$450
Feijão branco, dito .....	\$730
» vermelho, dito .....	\$650
» raído, dito .....	\$600
» fradinho, dito .....	\$450
Batata, dito .....	\$320
Azeite, almude .....	\$5300
Vinho, pipa .....	\$60000
» almude .....	\$36000

Neste conchello sómente é cogulado o alqueire de batata. No mercado publico não concorre fava, milho miúdo, chicharo, nem farinha de cevada.

### ARCHIPELAGO DOS AÇORES

Illa Terceira

O *Angrense* publica o seguinte resumo do movimento commercial d'esta ilha desde o 1.º de janeiro até ao ultimo de dezembro de 1859, em navios portuguezes e estrangeiros, deixando de mencionar e incluir nas entradas e saídas alguns navios que procuraram aquella ilha para tomar refrescos.

#### Entradas

58 navios portuguezes com 16:125 toneladas, tripulados por 1276 pessoas, sendo o valor das suas respectivas cargas 250:290\$200 réis.  
34 Ditos inglezes, com 2:595 toneladas, tripulados por 201 pessoas, sendo o valor das suas respectivas cargas 101:264\$800 réis.  
2 Ditos americanos com 364 toneladas, tripulados por 14 pessoas, sendo o valor das suas respectivas cargas 2:675\$000 réis.

Total 94 navios com 19:084 toneladas, tripulados por 1:491 pessoas, sendo o valor das cargas réis 354:230\$000.

#### Saídas

57 Navios portuguezes com 15:889 toneladas, tripulados por 1:262 pessoas, sendo o valor das suas respectivas cargas 232:145\$000 réis.  
34 Ditos inglezes com 2:646 toneladas, tripulados por 205 pessoas, sendo o valor das respectivas cargas 50:428\$000 réis.

2 Ditos americanos com 364 toneladas, tripulados por 14 pessoas, sendo o valor das respectivas cargas 1:666\$000 réis.

Total 93 navios com 18:899 toneladas, tripulados por 1:481 pessoas, sendo o valor das respectivas cargas 284:239\$000 réis.

Os pregos correntes no mercado de Angra, em 29 de dezembro, eram os seguintes:

Trigo, alqueire .....	600
Milho, alqueire .....	380 e 400

—Lê-se na Terceira, de 10 de dezembro: «Dizem-nos que geralmente são boas as vendas de fructa este anno nos mercados de Inglaterra. Vimos uma conta de fructa embarcada para Londres pelo sr. Abraham Benarus, negociante d'esta praça, que se vendeu por preço muito favoravel—desde 18,6<sup>da</sup> até 24<sup>da</sup>. Estimaremos que, para credito do nosso mercado, este ramo do commercio continue a encontrar tão favoraveis vendas. N'algum jornal de S. Miguel vimos igualmente que a primeira fructa que d'ali foi para os mercados se vendeu por 8\$000 réis a caixa.»

### MOVIMENTO MARITIMO

#### BARRA DE LISBOA

Dia 3 de Fevereiro de 1860

##### EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Emily, patacho inglez, capitão C. Ancland, da Terra Nova em 20 dias com bacalhau a G. Laidley & C.ª; 9 pessoas de tripulação. Entrou e deu fundo hontem ás 7 horas da noite.

Bertha, escuna dinamarqueza, capitão M. Hosmon, de Copenhague em 64 dias com bacalhau a M. Walsh & C.ª; 6 pessoas de tripulação. Entrou e deu fundo hontem ás 9 horas da noite.

##### EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Perseverance, capitão D. Arkley, para Leith com cortiça; 11 pessoas de tripulação.

Eduard, escuna russiana, capitão S. Beening, para Libau com sal; 6 pessoas de tripulação.

Estes navios foram registados hontem, e saíram hoje, tendo-se demorado na enseada de Paço d'Arcos.

Brunswick, nau ingleza a vapor.

Magriço, patacho portuguez, capitão J. M. da Rocha, para Liverpool com azeite e mais generos; 8 pessoas de tripulação.

Harcourt, brigue inglez, capitão A. Dun, para Swansea em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Paquete do Havre, patacho portuguez, capitão A. V. Pinto, para o Havre de Grace com urzella, cera, e mais generos; 9 pessoas de tripulação.

Mazatlan, galera americana, capitão C. K. Nichols, para Madras com ferro; 13 pessoas de tripulação.

Estrella de Ovar, bateira, mestre F. C. dos Santos, para Setúbal com fazendas e mais generos; 6 pessoas de tripulação.

Lusitania, paquete portuguez a vapor, capitão J. X. Contente, para o Porto com fazendas; 31 pessoas de tripulação, e 160 passageiros.

Bordo do vapor Infante D. Luiz, em frente de Belem, em 3 de fevereiro de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

#### BARRA DO DOURO

(Boletim do telegrapho da foz de 3 de fevereiro de 1860)

##### Dia 2

##### EMBARCAÇÃO ENTRADA

Rebeca, vapor inglez, de Glasgow, por Vigo em 1 dia, com ferro e outros generos.

Fôra da barra fica o brigue portuguez, *Gardina*, e 1 brigue inglez.

O mar está um tanto agitado.

O vento esteve NNE. regular, continuando ainda agora.

#### BARRA DE VIANNA DO CASTELLO

Fevereiro 2

##### (DESPACHO TELEGRAPHICO)

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

A barra boa.

Em Espozendo não entrou nem saiu embarcação alguma nos dias 29, 30 e 31 de janeiro.

O mar agitado.

#### BARRA DE CAMINHA

Fevereiro 2

##### (DESPACHO TELEGRAPHICO)

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

O mar bom, vento N.

#### BARRA DA ERICEIRA

Fevereiro 2

##### (DESPACHO TELEGRAPHICO)

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

O mar agitado.

#### BARRA DE AVEIRO

Fevereiro 2

##### (DESPACHO TELEGRAPHICO)

Nada se tem avistado fóra da barra.

Mar pouco agitado, vento N.

#### BARRA DA FIGUEIRA

Fevereiro 2

##### (DESPACHO TELEGRAPHICO)

Não entrou, nem saiu, nem fóra da barra se avista embarcação alguma.

Mar regular, vento NNE. fresco.

#### BARRA DE VILLA REAL DE SANTO ANTONIO

Fevereiro 2

##### (DESPACHO TELEGRAPHICO)

Não entrou, nem saiu, nem fóra da barra se avista embarcação alguma.

Mar regular, vento NNE. fresco.

#### BARRA DE TAVIRA

Janerio 31

##### (DESPACHO TELEGRAPHICO)

Providencia, hiate portuguez, de Lisboa, com cereas e fazendas.

Santa Rita, cabique portuguez, de Olhão, em lastro.

Não saiu embarcação alguma.

O vento tem continuado variavel e bonançoso.

Hontem avistaram-se fóra da barra o vapor de guerra portuguez *Argos*, e o cutter *Ligeiro*, ambos pertencentes á esquadilha.

#### Fevereiro 1

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

O vento esteve NO. bonançoso, agora N. fresco.

#### Dia 2

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

O vento conserva-se N. fresco.

#### BARRA DE FARO

Janerio 30 e 31

##### (DESPACHO TELEGRAPHICO)

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

#### Fevereiro 1

Peacock Blith, brigue inglez, para Londres com cortiça.

#### BARRA DE LAGOS

Janerio 29

##### (DESPACHO TELEGRAPHICO)

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

S. Caetano, fachuco hespanhol, de Faro, em lastro.

Senhora das Angustias, fachuco hespanhol, de Ayamonte, em lastro.

O mar bom, vento N.

Nos dias 30 e 31 não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom, vento NNO.

#### BARRA DE SETUBAL

Janerio 31

##### (DESPACHO TELEGRAPHICO)

##### EMBARCAÇÃO ENTRADA

Santo Antonio e Almas, cabique portuguez, de Peniche, com sal.

##### EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Bom Jesus e Almas, cabique portuguez, para a Figueira, com sardinha.

Andorinha, cabique portuguez, para a Figueira, com sardinha.

Bom Fim e Almas, cabique portuguez, para a Figueira, com sardinha.

Superior, escuna ingleza, para Londres, com sal.

#### Fevereiro 1

Não entrou embarcação alguma.

##### EMBARCAÇÃO